



FORTUNA DE MINAS /MG

QUADRO II - PROTEÇÃO

Conjunto Documental A

PLANO DE INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

**ICMS CULTURAL
EXERCÍCIO 2019**



FORTUNA DE MINAS/MG

QUADRO II - A

**PLANO DE INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO
DO PATRIMÔNIO CULTURAL**

Página 1 de 64

Chefe do setor:
Willder Jr. M. Mendes



1. INTRODUÇÃO

“Patrimônio cultural é a soma dos bens culturais de um povo, que são portadores de valores que podem ser legados a gerações futuras. É o que lhe confere identidade e orientação, pressupostos básicos para que se reconheça como comunidade, inspirando valores ligados à pátria, à ética e à solidariedade e estimulando o exercício da cidadania, através de um profundo senso de lugar e de continuidade histórica.”

(Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais / IEPHA-MG)

Preservar o Patrimônio Cultural é garantir o exercício da memória e da cidadania através da permanência das referências vinculadas à nossa história e produção cultural. Tarefa que necessita de ações conjuntas dos órgãos de preservação e da comunidade. Entre essas ações está o **Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural - IPAC**.

O IPAC é um instrumento de identificação e atribuição de valor cultural a um determinado bem ou conjunto de bens representativos de uma época, de um grupo social e/ou de um lugar. Consiste na catalogação, por meio de fichas descritivas, dos bens identificados classificados em diferentes categorias tais quais: Bens Imóveis/Estruturas Arquitetônicas (BI); Bens Móveis e Integrados (BM); Núcleos Históricos Urbanos (NH); Conjuntos Urbanos ou Paisagísticos (CJ). O IPAC é um dos produtos essenciais para o estabelecimento de ações dentro de uma política de preservação efetiva e gestão do patrimônio cultural. Toda medida de proteção, intervenção e valorização do patrimônio cultural advém do conhecimento dos acervos existentes. Neste sentido, os inventários ultrapassam sua função de reconhecimento da diversidade cultural de uma localidade ou grupo social, sendo um importante instrumento de gestão que auxilia nas ações de proteção ao Patrimônio Cultural local.

O Inventário é uma das atividades fundamentais para o estabelecimento e priorização de ações dentro de uma política de preservação efetiva e gestão do patrimônio cultural. Toda medida de proteção, intervenção e valorização do patrimônio cultural depende do conhecimento dos acervos existentes. (<http://www.ipac.iepha.mg.gov.br/>)

Considerando o IPAC um trabalho de pesquisa sistemático e contínuo, primeiramente, deve-se elaborar um **Plano de Inventário** que, de acordo com a capacidade de execução do município, estabelece um planejamento de ações a partir da setorização da localidade e elaboração de um cronograma de atividades. É neste ensejo, que apresenta-se o **Plano de Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural de Fortuna de Minas/MG**.



Este trabalho, portanto, além de reunir informações históricas, cartográficas, descritivas e iconográficas do município e de seus bens mais relevantes, compõe a Política Municipal de Preservação Cultural e faz parte do conjunto de ações que garantem os incentivos do ICMS Patrimônio Cultural, conforme a Lei 18.030/2009.

Nos exercícios 2010 e 2013 foram enviados Planos de Inventário de Fortuna de Minas ao IEPHA, porém, nenhum deles foi aceito para pontuação não sendo dada continuidade dos trabalhos nos anos subsequentes. Por este motivo, Fortuna de Minas não possui bens inventariados, tombados e registrados.

A metodologia para o presente trabalho consiste basicamente no levantamento documental bibliográfico, cartográfico e iconográfico existente sobre o município e região; pesquisas de campo incluindo registro fotográfico e entrevistas com responsáveis pelos bens culturais identificados, com gestores municipais e pessoas atuantes na área cultural do município; cadastro das informações em gabinete e revisão do documento. A montagem e formatação final deste plano pautou na Deliberação Normativa nº 01/2017 e 03/2017 do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (CONEP). Após a sua conclusão, o Plano de Inventário foi apresentado ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Fortuna de Minas para aprovação. A Subsecretaria de Cultura, pertencente à Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Cultura, acompanhou, através do subsecretário Sr. Willder Junior Moraes e Mendes, todas as etapas responsabilizando-se pela revisão final do documento.

Cópias deste documento podem ser encontradas na sede da Prefeitura Municipal e no Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG.

2. INFORMAÇÕES DO MUNICÍPIO

2.1 HISTÓRICO DO MUNICÍPIO:

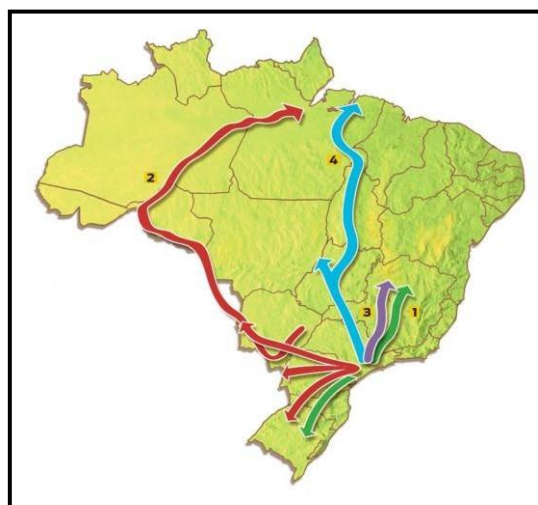
As primeiras ocupações na região que hoje se encontra o município de Fortuna de Minas ocorreram a partir de 1711, época em que as sesmarias de terras pertenciam a comarca de Sabará. A região foi descoberta por bandeirantes desmembrados da bandeira de Manoel Nunes Viana, após a Guerra dos Emboabas, antigos moradores das áreas mineradoras e abastados comerciantes baianos, além de proprietários clérigos (MARGARET, 2017). As bandeiras eram empreendimentos particulares e não respeitavam a linha de Tordesilhas, que deixou de existir após o fim da união Ibérica, em 1640. Compostas por capitão, que era o chefe, por mamelucos, que eram os guias e profundos conhecedores das matas, por índios “mansos” (carijós), por mulatos e negros, além de padres, mulheres e até crianças, eram verdadeiras cidades ambulantes (MARTINS, 2008, p. 17).



Expedição Bandeirante. Representação.

Site: Mundo estranho. Abril. IN:

<https://mundoestranho.abril.com.br/historia/como-era-uma-expedicao-dos-bandeirantes/>, acessado em 08/11/2017.



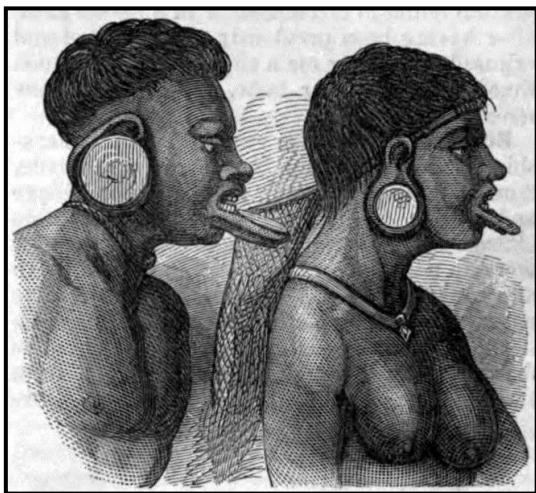
**Rotas de Expedições Bandeirantes.
Representação das rotas por ordem
cronológica.**

Site: Mundo estranho. Abril. IN:

<https://mundoestranho.abril.com.br/historia/como-era-uma-expedicao-dos-bandeirantes/>, acessado em 08/11/2017.

Porém, a região era habitada por índios, principalmente da etnia dos botocudos. Destaca-se que os primeiros contatos entre portugueses e índios na região que viria a ser o atual estado de Minas Gerais teriam ocorrido ainda em 1550, com a entrada de Martim de Carvalho em busca de ouro. A expedição foi totalmente dizimada pelos índios, revelando seu desejo de resistir à presença dos estrangeiros. O extermínio dos povos indígenas começou entre 1553 e 1560, quando novas entradas, de Lourenço Castanho Taques e Brás Cubas, também em busca de ouro, eliminaram

milhares deles. Desde o século XVI, a captura de índios para posterior venda como escravos tornou-se atividade regular no Brasil. Já denominados bandeirantes, portugueses e seus descendentes entravam pelos sertões. Muitas regiões de Minas foram devassadas, e os índios, aprisionados ou mortos (CAMPOS; FARIA, 2005, p.25).



Representação de homem e mulher da tribo dos índios botocudos.

Sem autoria da imagem, publicada em 1879. Fonte: The American Cyclopedia, v. 3, 1879, p. 140. IN: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:AmCyc_1879_Botocudos.jpg, acessado em 08/11/2017.

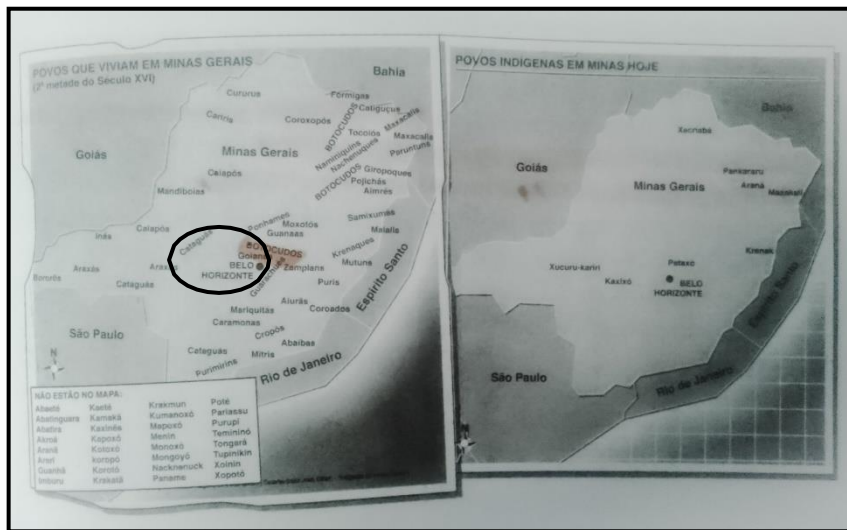


Representação da fuga de portugueses empreendida por família de índios botocudos.

Biblioteca Nacional Digital, s/d. IN: <https://oglobo.globo.com/politica/indios-botocudos-podem-ser-descendentes-diretos-dos-habitantes-de-lagoa-santa-os-primeiros-de-que-se-tem-registro-no-brasil-2707623>, acessado em 08/11/2017.

Quando a atividade açucareira enfrentou o problema da concorrência holandesa, revigoraram-se as bandeiras de procura de ouro e pedras preciosas; sendo o território mineiro mais visitado e passando a ser povoado pelos colonizadores. Desse contato violento, que se estabeleceu desde o primeiro momento entre portugueses e índios, resultou o extermínio quase completo daquela centena de povos que aqui habitavam. As opções que os índios passavam a ter eram resistir, morrer ou embrenhar-se cada vez mais para o interior, na tentativa desesperada de sobrevivência. Apesar disso, há notícias que índios Carijós foram os primeiros escravos a trabalhar nas minas de Mariana (CAMPOS; FARIA, 2005, p.26).

Na região de Fortuna de Minas, não foi diferente, de modo que o quadro a seguir demonstra a distribuição indígena na região das Minas Gerais antes da chegada dos portugueses em comparação com os dias atuais. A partir deste quadro, pode-se inferir que a região era habitada por índios de diferentes etnias, dentre elas, os Botocudos, Goianás, Cataguás e Ponhames.



CEDEFES. A luta dos índios pela terra, p. 23, e jornal Hoje em Dia, p.19, 17/10/1999.

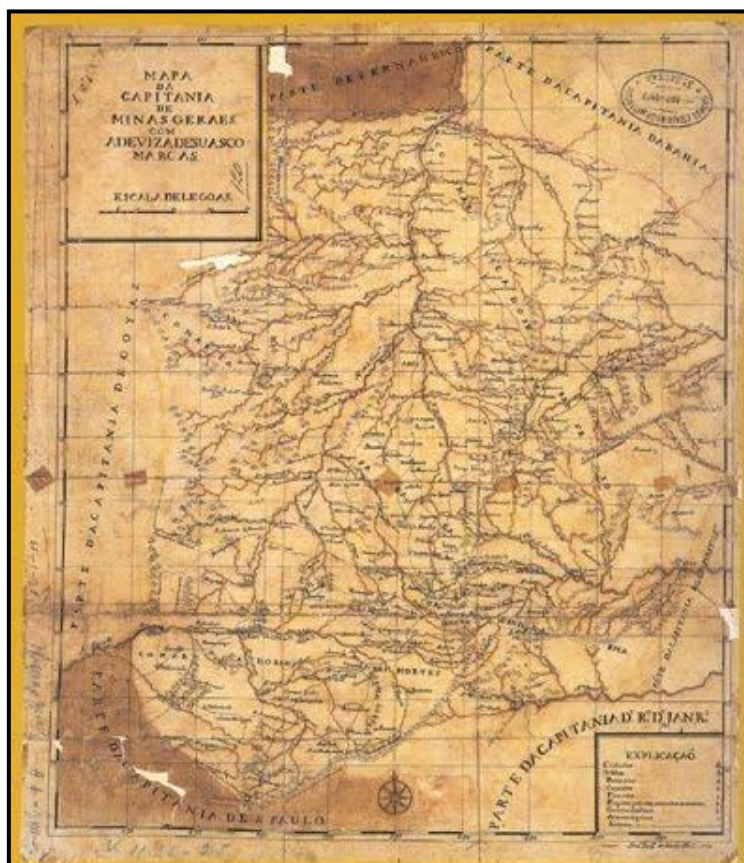
apud CAMPOS; FARIA, 2005, p.25.

A ocupação na região que viria se tornar o município de Fortuna de Minas ocorreu por meio da instalação de grandes latifúndios, a partir da distribuição de sesmarias. Assim, já em meados do século XVII, existia, por exemplo, a Fazenda dos Macacos que deu origem às terras do município. As fazendas destinavam-se a produção de gêneros alimentícios para subsistência, gado cavalar e vacum para exportação e produção de açúcar e fubá, entre outros beneficiamentos agropecuários. De acordo com Margaret (2017), as fazendas produziam para comercializar com os mercados de Sabará, Esmeraldas, a capital mineira, Ouro Preto, entre outras localidades.

Ressalta-se que no ano de 1711 as terras do Estado de Minas Gerais estavam anexadas a São Paulo, formando a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, criada em 1709, tendo como primeiro governador D. Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho. Após a chegada do governador, em 1711, iniciou-se o sistema político de distribuição de sesmarias que teve como determinante:

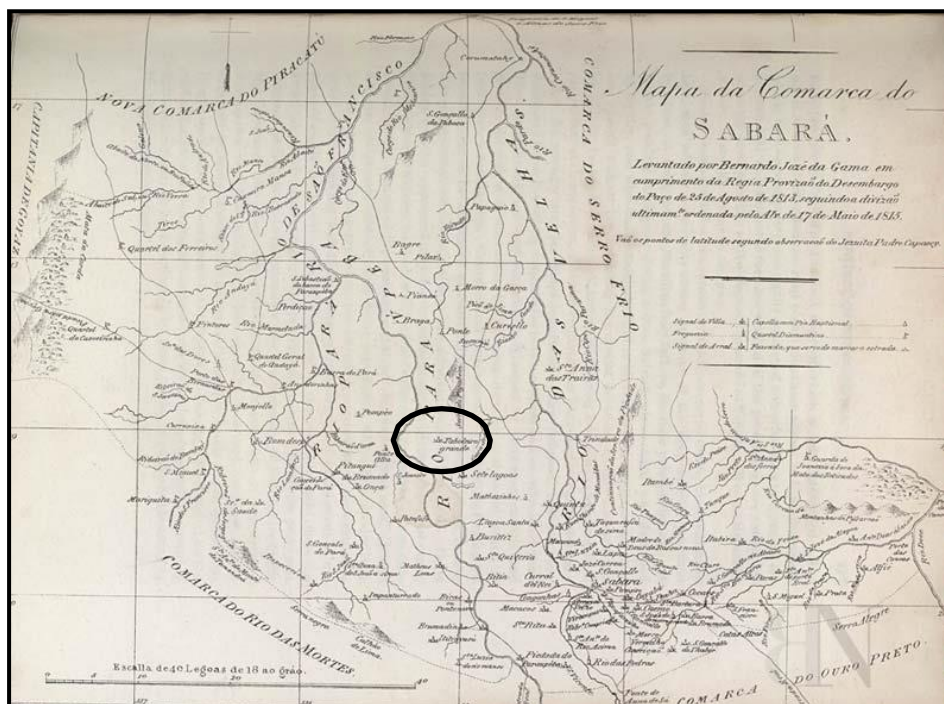
[...] a situação de fome que parecia não dar trégua aos primeiros povoadores. Embora o rápido crescimento populacional exigisse que as autoridades empreendessem uma política de concessão de terras para povoar o interior e fixar uma população que errava pelo território mineiro, a maior preocupação das autoridades era com a subsistência do povo, que nos primeiros anos das Minas chegou a desaparecer de determinadas localidades devido à falta de alimentos. (SILVA, 2010)

A partir do exposto anterior, entende-se que a região de Minas Gerais passava por uma rigorosa crise de abastecimento nos seus primeiros anos, ocorrendo crises de fome na região nos anos de 1701 e 1702 devido à grande imigração populacional a procura de ouro (CAMPOS; FARIA, 2005). Para contornar a situação e manter o abastecimento regular, principalmente das regiões auríferas, foram criadas zonas de abastecimento para as primeiras vilas de Minas Gerais: Mariana (Ribeirão do Carmo), Ouro Preto (Vila Rica) e Sabará. Nesse contexto, iniciou-se a ocupação da localidade de Fortuna de Minas a partir da doação da primeira sesmaria nas terras que pertenciam civilmente à Vila de Sabará.



Mapa da Capitania de Minas Gerais, com a divisa de suas comarcas: Vila Rica, Sabará e Mariana, elaborado por José Joaquim da Rocha, em 1778.

<http://projetoparaísopolis.blogspot.com.br/2010/06/periodo-colonial.html>,
acessado em 08/11/2017.



Mapa da Comarca de Sabará, levantado por Bernardo Jozé da Gama, possivelmente em 1815. Destaque sobre a região das fazendas que originaram o arraial de Fortuna, especialmente a região que abrangia a Fazenda dos Macacos.

<http://projetoparaaisopolis.blogspot.com.br/2010/06/periodo-colonial.html>, acessado em 08/11/2017.

Situada entre o vale do Paraopeba (margem direita) e Ribeirão dos Macacos (margem esquerda) a primeira Sesmaria, denominada Lagoa Dourada, foi doada à Joseph Marques, antigo morador das Minas, em 1711. Media três léguas e abrangia parte do município de Esmeraldas até a cachoeira no Ribeirão dos Macacos. Confrontava com os sesmeiros João Leite da Silva Ortiz, de Sete Lagoas, João Ribeiro da Fonseca, de Santa Quitéria (Esmeraldas), e Joseph de Seixas Borges, de Pitangui (CAMPOLINA, 2013, p. 45). As terras da região de Fortuna de Minas, neste primeiro momento, pertenciam a Comarca de Sabará.

Essas terras ficavam próximas ao caminho construído para ligar Minas à Bahia, denominado Caminho da Bahia ou Caminho dos currais da Bahia. Esse caminho facilitava a circulação de mercadorias para a região das minas, mas também foi considerado, como outros, o “descaminho do ouro”, pois era usado como rota para o tráfico deste preciso mineral e para evitar vários tributos os quais a população era obrigada a pagar. Por todo o vale do Rio das Velhas e Rio São Francisco foram surgindo currais e muitas localidades, tornando-se também um caminho perigoso devido à presença de todo tipo possível de pessoas.



Posteriormente, a sesmaria da Lagoa Dourada foi dividida e outros proprietários surgiram também para ocupar outras partes das terras, até a barra do Ribeirão Macacos no Paraopeba. As primeiras sesmarias doadas na região eram enormes propriedades de terra ainda improdutivas. Em seguida, tais terras foram repartidas, sem que, contudo, deixassem de constituir grandes latifúndios. Por consequência, de maneira complexa, deu-se o estabelecimento dos fazendeiros que, durante os primeiros quarenta anos, transferiram suas terras para outros proprietários por meio de vendas ou simplesmente abandono – por não conseguirem arcar com as exigências e taxas impostas pela Coroa Portuguesa.

Diversas dificuldades defrontaram os primeiros sesmeiros que chegaram a região de Fortuna, dentre as quais figurava a o desafio de colonizar as terras e produzir economicamente de modo a pagar os impostos à Metrópole portuguesa. Entretanto, inicialmente, foram poucos os sesmeiros que conseguiram de fato fixar-se nas terras e alcançar seus objetivos. Devido à desproporção entre o tamanho da terra e o número de escravos bem aquém do necessário e a falta de equipamentos adequados para a lida no campo, os proprietários não conseguiam explorar toda a área e terminavam por abandonar as terras, antes mesmo de conseguirem torná-las produtivas.

Sobremaneira, o excerto abaixo, demonstra como era penosa a realidade mineira nos primórdios do século XVIII nas áreas sertanejas:

A atividade agrícola e pastoril, com o fazendeiro a trabalhar tanto ou mais que os camaradas e escravos, a curar bicheiras em animais, combater ervas daninhas e animais ferozes, sobretudo a onça pintada, consertar cercas do curral e as mulheres entregues às atividades domésticas, era a própria negação do luxo e da ostentação. (BARBOSA, 1979, p. 197)

Contudo, havia aqueles que detinham grandes quantidades de escravos possibilitando explorar toda a terra recebida em sesmaria; sendo que por muitos anos conseguiam mantê-la integralmente (CAMPOLINA, 2013). As sesmarias só foram repartidas em porções menores ao serem herdadas por filhos ou entregues como dotes, também sendo vendidas a terceiros ou doadas a escravos alforriados e, por vezes, abandonadas quando tornavam-se improdutivas.

Essas áreas abandonadas eram denominadas de terras devolutas, sendo ocupadas em curto espaço de tempo por novos proprietários. As novas ocupações, assim como as mais tradicionais, se consolidaram a partir de 1740, quando houve a fixação do fazendeiro à terra. A atividade rural na região da Fazenda dos Macacos, maior latifúndio da comunidade, tomou maiores



proporções quando “a decadência das Minas, iniciada ainda na primeira metade do século XVIII, coincidiu com a expansão territorial da Capitania; os mineiros iam deixando os trabalhos da mineração, para criar suas fazendas de lavoura e de gado” (BARBOSA, 1979, p.67). Destaca-se que a Fazenda dos Macacos, atualmente localizada na comunidade rural Córrego de Areia, originou o povoado do arraial que formaria a região de Fortuna, elevada a distrito em 1911, pertencendo ao município de Sete Lagoas na época.

A fazenda abrigava a primeira capela do arraial, a antiga Capela de Santo Antônio, pertencente à freguesia da comarca de Sabará, atualmente demolida e reerguida outra em nome do mesmo, da qual foram surgindo as primeiras povoações em seus arredores. Não foi possível verificar a identificação da comunidade com a escolha de Santo Antônio como padroeiro da região de Fortuna. De acordo com Margaret Campolina (2017), acredita-se que essa escolha seja reflexo de Santo Antônio também ser padroeiro de Sete Lagoas. O primeiro padre local foi Antonio Diniz Costa, antes do curato e, atualmente, o celibatário da paróquia é o Padre Bernardo (CAMPOLINA, 2017).



Igreja Matriz de Santo Antônio de Fortuna de Minas.

Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas, Data: 02/10/2017.

De acordo com Rodrigo Franklin de Sousa (2013), a vinculação entre o catolicismo e a população brasileira tem raízes históricas profundas. Trazido pelos portugueses, o catolicismo sempre esteve intimamente ligado à cultura e identidades brasileiras e passou por um processo de expansão e consolidação a partir da segunda metade do século XIX, com a revitalização do

catolicismo na Europa, que influenciou novas práticas religiosas e devoções no Brasil, que matizaram o catolicismo popular.

Segundo o autor, é conhecido que o campo brasileiro é dominado pela matriz do cristianismo, uma vez que podemos perceber que catolicismo e protestantismo abrangem cerca de 90% da população dos brasileiros afiliados a alguma religião em nosso país. Mesmo no contexto dessas manifestações cristãs majoritárias percebemos marcas de pluralidade e diversidade que correspondem a contingências históricas e a conjunturas sociais e culturais das mais diversas. A religiosidade brasileira possui uma identidade própria, plástica e metamorfa, que trai os números censitários (SOUSA, 2013).

No caso de Fortuna de Minas, a escolha de Santo Antônio como padroeiro do município, se revela como algo natural em nosso país. Santo Antônio é uma das figuras católicas que mais arrasta devotos no Brasil. Despretensiosamente conhecido como Santo Casamenteiro, Fernando de Antônio Bulhões, nascido em 15/08/1195, dedicou toda sua vida às obras da Igreja e do monastério franciscano. O santo é invocado como aquele que traz o bom conselho e recupera coisas perdidas. Atualmente, a tradição dos festejos realizados em trezena e promessas ao santo se mantêm firmes entre os religiosos.



Fazenda dos Macacos, sede principal. No decorrer do tempo houve algumas modificações na estrutura original da edificação.

Foto de Margaret Campolina, s/d.



Utensílios encontrados na Fazenda dos Macacos, sede principal.

Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas. Data: 02/10/2017.



**Retrato da pintura da segunda Igreja de Santo
Antônio da Fortuna.**

DINIZ, 2011, p.10

Fazendas foram formadas, ocupando os sertões fora da área mineradora, nos vales do Rio São Francisco e Rio das Velhas. Essa ocupação tornou-se ainda mais efetiva após a promulgação da Lei de Terras de 1850, isto é, a Lei Nº 601 de 18 de setembro de 1850, que consistia na primeira iniciativa de organizar a propriedade privada no país. Por meio da Lei de Terras, distribuía-se terras devolutas a quem pudesse comprá-las, a preços elevados, contribuindo para a concentração fundiária já em meados do século XIX (ALCANTARA FILHO; FONTES, 2009).

Destaca-se que em 1840, as primeiras sesmarias se encontravam divididas em propriedades menores, exceto as Fazendas Peixe Bravo e Três Barras, que conservavam sua extensão original. Nesse período, de acordo com Margaret Campolina (2017), as terras da Fazenda dos Macacos e arredores passaram a pertencer à cidade de Santa Quitéria, atual município de

Esmeraldas. A freguesia da igreja também pertencia a Santa Quitéria, sendo que as missas eram celebradas na Capela de Santo Antonio da Fortuna por um capelão enviado dessa cidade (CAMPOLINA, 2017). De acordo com Magnólia Diniz (2011, p. 10), a igreja era toda de pau a pique e o altar mor detinha uma beleza peculiar, sendo que se localizava bem alto na igreja.

Após 1870, essa divisão se acentuara, contribuindo para o surgimento de novas propriedades e, por consequência, a formação de novas famílias. Promovia-se, desse modo, o desenvolvimento geográfico, social e econômico da região (CAMPOLINA, 2013, p. 46). Em 1875, nova divisão administrativa ligaria o destino da região da Fazenda dos Macacos à cidade de Sete Lagoas. A partir dessa data, essas terras passaram a pertencer à cidade setelagoana. De modo pode-se inferir que seu desenvolvimento socioeconômico ocorreu, desde esse período, entrelaçado à trajetória das cidades de Esmeraldas, Sete Lagoas, Sabará e Mariana (CAMPOLINA, 2017).

Possivelmente, a partir deste período, se formaram diversas fazendas na região, sendo que algumas delas sobreviveram até os dias atuais: Fazenda da Vargem dos Tocos, com sua própria capela de Nossa Senhora Aparecida erigida em 1929, localizada em Córrego de Areia; Fazenda Barreiro, localizada em Três Barras; Fazenda do Peixe Bravo, abrigando a construção da Capela de Nossa Senhora do Rosário, nos arredores do município, sendo limítrofe com as comunidades rurais. Nestas mesmas condições, sem pertencerem diretamente à alguma das comunidades rurais de Fortuna de Minas, encontram-se as fazendas da Mata, Boa Vista, da Mata do Paraíso (conhecida como Serraria). Ressalta-se que algumas das construções sofreram modificações no decorrer do tempo, não preservando suas características originais.



Retrato da Fazenda Vargem dos Tocos.

Foto de Margaret Campolina, s/d.



Retrato da Capela de Nossa Senhora do Rosário (resto da edificação), localizada na Fazenda do Peixe Bravo.

Foto de Margaret Campolina, s/d.



Retrato da Fazenda Barreiro.
Foto de Margaret Campolina, s/d.



Retrato da Fazenda da Mata.
Foto de Margaret Campolina, s/d.



Retrato da Fazenda Boa Vista.
Foto de Margaret Campolina, s/d.



Retrato da Fazenda Serraria.
Foto de Margaret Campolina, s/d.

Ressalta-se que a localidade havia se tornado grande produtora de gênero alimentícios e de gado, sendo um entreposto comercial dinâmico para toda região. Dessa situação, surge a hipótese do topônimo Fortuna, contrariando o mito que se conta sobre os boiadeiros que, em busca de uma boiada estourada, a encontra lambendo sal-gema, que na verdade deveria ser o caulim¹. A região nos primórdios do século XIX já era reconhecida por seu dinamismo

¹ Como demonstrado acima, de acordo com Margaret Campolina (2017), a região de Fortuna de Minas não é uma região de extração de sal-gema, mas está ligada a produção de caulim. Segundo a lenda local e de acordo com Magnólia Diniz (2011), a boiada pertencente a um donatário da sesmaria do Visconde de Caeté (que adquiriu a Fazenda de Santo Antônio construída no início do século XIX, localizada na estrada que leva ao povoado de Urucuia que ficava entre Fortuna de Minas e Esmeraldas) havia se perdido de uma das fazendas e quando os boiadeiros a encontraram lambendo o suposto sal-gema, disseram que aquilo era uma Fortuna. A partir desse momento a localidade passou a ser reconhecida pela sua alcunha, Fortuna.

comercial e sua produção agropecuária, com a presença de tropeiros, dentre outros ofícios (CAMPOLINA, 2017).

A região, dessa maneira, além de contar com a produção do gado, produzia açúcar, sendo que em cada fazenda havia um engenho de açúcar. Nesse sentido, as fazendas que faziam parte da região de Fortuna eram localidades sustentadas pelo braço escravo, consistindo numa imensa senzala devido à quantidade de fazendas distribuídas pelo local. As primeiras famílias responsáveis pela formação econômica local foram os Cerqueira Brandão, Abreu Lima de Araújo, Teixeira de Carvalho, Moreira Barbosa, Gomes Ferreira, Alves Cavalgante, Vieira Antunes, Ferreira Soares, Fonseca e Vasconcelos, Moreira dos Santos, Pereira, Silva e Mello, Marinho da Fonseca, Ferreira da Silva, Campolina, Ferreira de Sá, Senna e Mello, Freitas Vianna, Teixeira Guimarães, Pereira da Rocha, Paula Silviano, França.

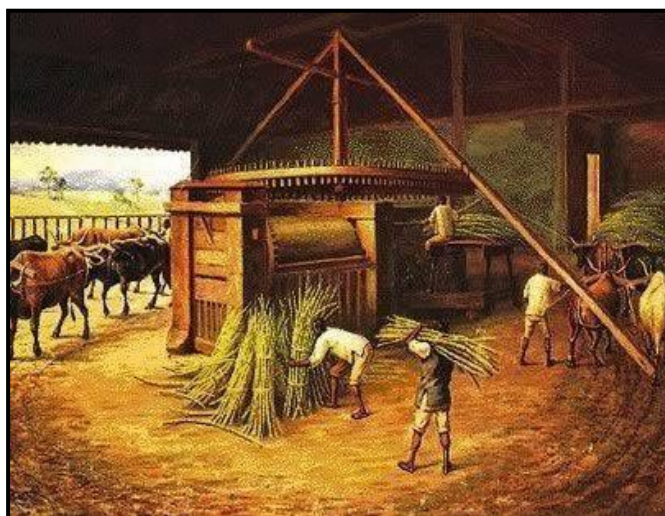


Ilustração de escravos trabalhando em um engenho.

Fonte: <https://www.estudopratico.com.br/economia-colonial-do-brasil-acucar-ouro-e-escravidao/acesso>, acessado em 08/11/2017.

Por volta de 1850, novas famílias de fazendeiros foram surgindo e participando desse desenvolvimento econômico, como os Gonçalves da Costa, Alves Silva, Pereira Lopes, Félix de Souza, os Gonçalves da Costa, Alves Silva, Pereira Lopes, Félix de Souza, Moraes, Felipe Santiago, Ribeiro da Costa, Cunha, Luiz Moreira, Alves Costa, Pinto de Rezende, Gonçalves Barcelos, Rabelo. Tais famílias integravam a elite política e econômica da região e encontravam nos casamentos um meio de se perpetuarem no domínio das terras e no meio político.

Essas famílias, desse modo, integravam, juntamente com outros importantes troncos familiares mineiros, uma rede de parentesco que detinha o poder político-econômico em Minas Gerais. Cid Rebelo Horta afirmou que a história política mineira se relaciona à história de suas grandes



famílias, “que fazem o jogo da cena política desde a Colônia” (HORTA, 1956, p.59). Constituíram uma verdadeira “cadeia de círculos familiares, ou parentelas, cujos membros ora se sucedem nas tarefas de chefia local e regional, ora se alternam. É a constelação governamental de Minas Gerais” (HORTA, 1956, p.59). O casamento entre membros provenientes das elites², políticas e/ou agrárias, permitia obter o suporte necessário às candidaturas políticas e ao preenchimento de vagas na administração pública e, concomitantemente, possibilitava estabelecer e expandir uma rede de relações no poder político e na administração pública (CANÊDO, 2011). Sobremodo, a fim de angariar prestígio, ascensão social e privilégios que alguns cargos ofereciam, alguns fazendeiros, desde os primórdios da ocupação da região, procuravam ingressar na carreira militar (CAMPOLINA, 2013).

As fazendas eram autossuficientes; criavam animais e a lavoura era de subsistência. Essa lavoura, voltada para o próprio consumo, também abastecia as áreas urbanas. De acordo com José Newton Coelho Meneses (2000), que analisa as regiões de abastecimento de gêneros alimentícios a áreas mineradoras, há um fator importante a ser considerado

no tocante à produção de alimentos, especificamente sobre o trabalho e as técnicas agrícolas: a influência dos costumes indígenas e africanos. Tradições indígenas tão bem discutidas por Sérgio Buarque de Hollanda, foram rapidamente incorporadas pelo colonizador e, até hoje persistem em vastas áreas do território mineiro. Costumes africanos, da mesma forma, foram largamente amalgamados aos sistemas agrícolas usados. Na produção e nos hábitos alimentares, índios e africanos foram variáveis importantes na configuração da sociedade colonial [e pós-colonial]. (MENESES, 2000, p.95)

Considerando a região de Fortuna, questões sobre os hábitos alimentares da população são importantes quando relacionados à fertilidade do solo, à pressão demográfica, ao sistema de cultivo e o tipo de produto cultivado (MENESES, 2000, p. 96). Dessa forma, a partir da necessidade de troca de produtos e gêneros alimentícios, surgiu a figura do tropeiro na região. Como tropeiros, destacam-se os fazendeiros Manoel Ferreira de Sá, como o primeiro tropeiro do município, em torno de 1845, José Antônio Alves Costa e João Francisco da Cunha, que levavam os seus produtos para serem comercializados no Rio de Janeiro e de lá traziam

² O conceito de elites, formulado por José Murilo de Carvalho (2013, p.17) refere-se aos grupos especiais de elite, marcados por características que os distinguem tanto das massas como de outros grupos de elites, de acordo com o critério de posição. Sob perspectiva semelhante, Claudia Viscardi (2012) definiu as elites políticas mineiras segundo os indivíduos que ocupavam cargos no Executivo e no Legislativo estadual e federal na Primeira República. Para Otavio Dulci, “a elite política e a elite agrária remontam a uma estrutura socioeconômica tradicional, em que predominavam as atividades rurais” (1999, p.107).

mercadorias necessárias para o abastecimento das fazendas e do comércio local (CAMPOLINA, 2013). O Córrego do Tropeiro, atualmente conhecido como Córrego da Fortuna, era o local de pousio escolhido pelos tropeiros para o descanso das tropas.



Córrego Fortuna ou Córrego dos Tropeiros.
Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas. Data: 02/10/2017.

Além de gado “vacum e cavalar”, investia-se na criação de porcos e aves. O gado vacum era usado na alimentação e, juntamente com o cavalar e muar, também servia como força motriz para os engenhos e meios de transporte. Os engenhos que produziam açúcar também produziam aguardente, rapadura e melado e eram, depois da fase inicial, movidos não somente por tração animal, mas em algumas fazendas, também por água.

Havia além dos engenhos de cana, os engenhos de pilões para a fabricação de fubá, de serra para a produção de móveis e tábuas e maquinários rústicos para beneficiamento dos produtos que a lavoura ostentava em suas roças. Produziam café, arroz, milho e mandioca para a fabricação de farinha e de algodão para a confecção de fios a serem usados na tecelagem. Os pomares eram repletos de árvores frutíferas, havia as hortas formadas nos quintais, onde se obtinha as hortaliças cultivadas naquela época.

A tecelagem, pequena indústria doméstica, era movimentada pelos escravos e mulheres das casas, que fabricavam tecidos mais rústicos para a confecção de roupas da escravaria, mantas, sacos para embalar os produtos da fazenda e outros manufaturados. As pessoas mais humildes também fabricavam as próprias roupas. Enquanto, a população mais afortunada fazia suas encomendas de vestuário por meio de tropeiros. As diferenças sociais eram percebidas também na forma da construção das casas. Na comunidade, portanto, existiam olarias que, inicialmente, cuidavam somente da fabricação de telhas usadas nas construções, notadamente nos primórdios

da colonização da região eram construções feitas de pau-a-pique. Posteriormente, as construções começaram a ser erigidas com adobe (tijolo cru) e os grandes casarios eram erigidos com bases de taipa. No início do século XX, começaram a fabricar tijolo cozido comum, o qual era encontrado em olarias espalhadas pelo Distrito, tanto nas fazendas quanto na Vila.



Parede de taipa - Fazenda dos Macacos.

Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas. Data: 02/10/2017.

As primeiras casas comerciais surgiram por volta de 1855 no pequeno povoado da Fortuna (na Fazenda dos Macacos) e tinham como negociantes os senhores Marcelino José de Abreu e Valentim Moreira de Abreu. Esse comércio se intensificou após 1870, no florescente arraial nascido do patrimônio da Igreja, a Capela de Santo Antônio da Fortuna, entre o Ribeirão Macacos e Córrego do Fortuna, das terras provenientes da Fazenda dos Macacos que, à época, já estava repartida entre diversas famílias donde surgiu o adensamento populacional do arraial.

A mão de obra utilizada nas fazendas, mesmo depois da abolição, foi a do negro liberto, que optou por fixar-se na região e, juntamente com os demais trabalhadores, movimentavam as pequenas atividades dos sítios que, nessa época, já eram abundantes na região e também nas antigas fazendas. Destaca-se que escravos já alforriados, antes da abolição de 1888, além de deterem suas próprias roças, continuaram a trabalhar nas antigas fazendas, labutando nas plantações e criação de gado (CAMPOLINA, 2013).

Com a implantação da indústria de tecidos em Cachoeira dos Macacos (atual cidade de Cachoeira da Prata), em 1886, muitos agricultores tiveram nova oportunidade de melhorar a renda familiar com a produção e venda de algodão. Por volta de 1889, algumas famílias vindas de outros lugares e as que ali já residiam foram responsáveis pela implantação do comércio no

arraial, sendo elas: Moreira de Abreu, Marques, Silva, Pereira, Campolina, Guimarães Cotta, Marçal, Moraes Pontes e Diniz.

Em 1911, foi criado o Distrito da Fortuna pela Lei Nº 555 de 30 de agosto daquele ano. No ano seguinte, em 1912, José Américo Diniz, por meio da Escritura Pública de Doação Lavrada em notas do tabelião José Pereira da Costa em 11 de janeiro de 1912 e registrada no Primeiro Ofício do Registro de Imóveis de Sete Lagoas, sob o nº 392, fls. 108V e 109, Livro 4, em 16 de janeiro de 1912, transferiu ao município de Sete Lagoas a área de terras denominada Fazenda Macacos destinada a formação de logradouros públicos do Distrito de Fortuna (DINIZ, 2011, p.19).

O comércio local, além das antigas vendas, caracterizava-se pela presença de fábricas de sapatos e sapatarias, casas de secos e molhados, armazinhos, alfaiatarias, farmácia, bares e maquinismo para beneficiamento de grãos. As casas de comércio situavam-se ao redor da Capela de Santo Antônio da Fortuna. Os ofícios eram variados: carpinteiros, pedreiros, alfaiates, garimpeiros, ferreiros, costureiras, domésticas, carreiros, etc.



Antiga fábrica de sapados de Fortuna de Minas.

Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas. Data: 02/10/2017.

Na Fazenda da Mata do Paraíso (conhecida como Serraria), de propriedade do Coronel Américo Teixeira Guimarães, havia uma usina de açúcar denominada “Usina Paraíso”, uma serraria, uma fábrica de vasilhame para aguardente, um armazém e a grande lavoura, os quais movimentavam a economia local, contribuindo para ofertas de empregos e como meio para o escoamento das produções dos pequenos e grandes produtores, seja na compra e/ou na venda de matérias primas para os estabelecimentos comerciais da região.

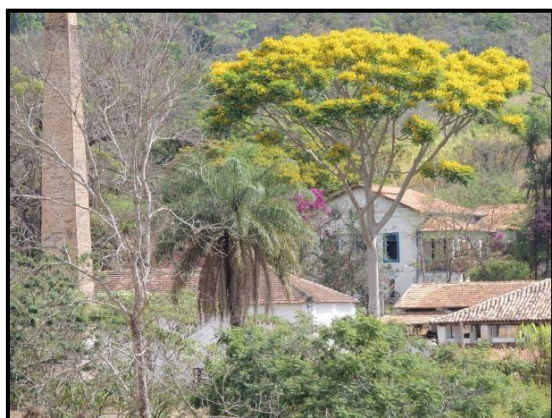


Foto da Fazenda Serraria.
Foto de Margaret Campolina, s/d.



Foto da Fazenda Serraria.
Foto de Margaret Campolina, s/d.

Entretanto, é forçoso mencionar a dificuldade de transporte dos produtos fabricados em Fortuna, uma vez que as estradas do município se encontravam em péssimo estado, sendo o transporte realizado apenas por carroças com tração animal. Não havia ferrovias nas proximidades, de modo que a situação dos transportes iria melhorar apenas na década de 1950, resultado do processo de urbanização e pavimentação de estradas de rodagem encetados pelo presidente da república Juscelino Kubitschek. A partir deste período, as estradas de rodagem que ligam o Distrito de Fortuna a outras localidades são melhoradas. Entretanto, a melhoria das condições de transporte não significou, na mesma medida, o desenvolvimento econômico da localidade.

Nos anos iniciais do século XX, tanto o arraial, quanto as fazendas, ainda tinham uma economia de subsistência voltada para o consumo interno, porém, com certa variedade comercial que possibilitava o comércio com outros lugares, como Sete Lagoas e região. Assim, mesmo após a abolição da escravidão, as fazendas continuaram com o modo rústico de produção, baseado no modelo tradicional dos primórdios da colonização. Algumas conservando seus engenhos de cana que existiram até meados do século XX e, mesmo com reduzida produção, a lavoura de subsistência e os produtos manufaturados. Outras fazendas, absorvendo técnicas modernas, implantaram meios de gerar energia elétrica para, assim, facilitar e aumentar suas produções agropecuárias e, ao mesmo tempo, implantar melhorias no cultivo de pastagens para alimentação do gado.

A criação da única usina de açúcar da região no início do século XX, pelo Coronel Américo Teixeira Guimarães, veio diminuir a produção de açúcar das propriedades que ainda produziam maior quantidade do produto, como é o caso da fazenda Pedra Branca e fazenda Bom Sucesso.

A usina produzia em maior escala, dificultando a concorrência para os outros produtores. Apesar da dinâmica inicial, a usina sobreviveu apenas por dez anos, devido à concorrência de outros maiores produtores e à crise de econômica nacional.

Em 1924, a partir dos esforços do Inspetor Escolar Agenor de Oliveira, foi construído um prédio localizado na Praça do Cruzeiro, atual Praça Otacílio Negrão de Lima. A edificação, foi destinada para o funcionamento da escola do município, possuindo duas salas de aulas, gabinete para os professores. Recebeu a denominação de Escolas Reunidas Cel. Américo Teixeira Guimarães e suas salas, onde eram ministradas as aulas, serviram também para a realização de bailes e festivos banquetes. Atualmente, a instituição de ensino não existe, deixando de funcionar na década de 1950 (CAMPOLINA, 2017).



**Prédio onde funcionava as Escolas Reunidas.
Foto tirada na década de 1950.**

DINIZ, 2011, p.22.

Durante os anos iniciais da República no Brasil, os grupos escolares conhecidos também como escolas graduadas foram responsáveis por disseminar uma nova organização da instrução primária. Outra modalidade escolar, percebida como intermediária, entre o Grupo Escolar e a Escola Isolada, de baixo custo, que se difundiu também como Escola Graduada, foram as Escolas Reunidas (SANTOS, 2013, p. 102-103). Após o surgimento das Escolas Graduadas no Brasil, implantadas a partir de 1893, e a posterior organização dos grupos de Instrução Infantil, emergiram, como uma solução de custo reduzido, as Escolas Reunidas que foram se incorporando ao sistema público de ensino “como resultado das demandas populares pela escola pública em bairros e vilas onde se verificava a aglomeração de crianças e havia a impossibilidade de implantação do grupo escolar devido aos seus critérios legais estabelecidos para a criação dos mesmos” (SOUZA, 2008, p.144).



Chefe do setor:

Willder Jr. M. Mendes

**PLANO DE INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO
DO PATRIMÔNIO CULTURAL****FORTUNA DE MINAS/MG**

As Escolas Reunidas tiveram um importante papel no cenário educacional nacional, pois proporcionaram o acesso à educação da população infantil moradoras de bairros e vilas onde não havia grupos escolares (SOUZA, 2008). Em Fortuna de Minas, a instalação das Escolas Reunidas teve o mesmo objetivo: ensinar, numa mesma sala de aula, diversos alunos em diferentes séries de aprendizado. Não foi possível verificar a data oficial de encerramento das Escolas Reunidas em Fortuna de Minas, mas podemos inferir que entre a década de 1940 e a década de 1960 houve um declínio nas atividades das Escolas Reunidas.

Este imóvel permanece nos dias atuais no município, atendendo a biblioteca municipal “Professora Tereza Nicomedes”. A instituição abriga livros de literatura infanto-juvenil; ciências; ciências biológicas; psicologia; filosofia; matemática; física, língua portuguesa; química; história; geografia; línguas estrangeiras; biografias; política; direito; administração; enciclopédias e o espaço do professor. O acervo está disponível a todos da comunidade, alunos e leitores. Atualmente a biblioteca contém mais de 500 cadastros. O nome da biblioteca é uma homenagem a Tereza do Menino Jesus Nicomedes, falecida em 2003. Aos 23 anos de idade, em 1949, ela seguiu para Fortuna de Minas, onde lecionou até 1952. Apesar de ter vivido apenas três anos na cidade, sua passagem foi significativa para os moradores locais fazerem esta homenagem à professora.



Prédio da Biblioteca Municipal Prof. Tereza Nicomedes. Site: Mega Cidade, publicação de 20/06/2017.

<http://www.megacidade.com/noticia/6002/biblioteca-publica-municipal-e-um-importante-espaco-para-a-educacao-e-cultura-de-fortuna-de-minas>, acessado em 08/11/2017.



Parte do acervo da Biblioteca Municipal Prof. Tereza Nicomedes. Site: Mega Cidade, publicação de 20/06/2017.

<http://www.megacidade.com/noticia/6002/biblioteca-publica-municipal-e-um-importante-espaco-para-a-educacao-e-cultura-de-fortuna-de-minas>, acessado em 08/11/2017.

Atualmente, no município funcionam as seguintes instituições de ensino: Creche Maria de Lourdes Gonçalves, que atende crianças do berçário até o maternal. Há o Centro de Educação Infantil Branca de Neve, que oferece o ensino fundamental do primeiro ao quinto ano, e a Escola

Municipal Mário Diniz Pontes, que atende crianças do sexto ao nono ano do ensino fundamental. O ensino médio é ofertado pela Escola Estadual Coronel Américo Teixeira Guimarães. Todas as instituições de ensino se localizam na sede do município e também atendem aos alunos das comunidades rurais. O transporte desses alunos é empreendido pela Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas. De acordo com os dados do IBGE, conforme o censo de 2015, o ensino pré-escolar apresenta 86 matrículas, o ensino fundamental 444 matrículas e o ensino médio 118 matrículas.



CEIM – Centro de Educação Infantil Branca de Neve.

Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas. Data:
02/10/2017.



Creche Municipal Maria de Lourdes Gonçalves.

Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas. Data:
02/10/2017.



Escola Municipal Mário Diniz Pontes.

Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas. Data:
02/10/2017.



Escola Estadual Coronel Américo Teixeira Guimarães.

Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas. Data:

Em 1929, o comércio local era bastante movimentado, sendo divulgado nos jornais editados na época. Nesse período a tipografia funcionava em Sete Lagoas e os jornais eram distribuídos no Distrito da Fortuna. Como pode ser observado, em um dos jornais da época, são diversas as propagandas ofertando produtos e serviços:



Jornal do Distrito de Fortuna. Data de 1929.

DINIZ, 2011, p.24

Em 1941, os pequenos produtores dos engenhos de cana de açúcar, construídos nas suas próprias propriedades, continuaram a produzir seus diversos produtos até que, gradativamente, a produção externa das grandes indústrias começasse a abastecer o comércio local. Eram eles: Joaquim Marcelino de Abreu, Sérgio Ribeiro de Avelar, Cecílio de Paula Vieira, José Zeferino de Abreu, Athaídes Fernandes de Carvalho e Apolinário José da Costa. Havia também as atividades econômicas manufatureiras exercidas por mulheres, como, por exemplo, os bordados e os produtos rústicos feitos em teares, em especial no povoado de Três Barras.

Em 1948, por meio da Lei Nº 336 de 27 de dezembro de 1948, o distrito da Fortuna passou a pertencer a cidade de Inhaúma. Nessa época, ainda possuía uma economia arraigada no modelo tradicional rural, pois, como cidade rural, circundada por sítios e fazendas, não perdeu essas características originais. Ademais, foi a partir do processo de urbanização e pavimentação das estradas de rodagem, que os acessos ao município melhoraram – por meio do projeto político econômico encetado por Juscelino Kubitschek. A cidade tinha seu desenvolvimento socioeconômico impulsionado pelo dinamismo do comércio e da produção de gêneros alimentícios e de gado. Nesta Praça da Matriz, o gado, os cabritos e as galinhas sempre foram criados soltos. Quando a tarde chegava, os donos apartavam o gado que saía, um atrás do outro, para seus respectivos currais. Uma nova capela foi erigida para abrigar a população que crescia, atualmente pertencendo a diocese de Sete Lagoas.



Praça da Igreja Matriz de Santo Antonio. Foto tirada na década de 1950.
DINIZ, 2011, p.41.



Praça da Igreja Matriz de Santo Antonio. Foto da atual Igreja Matriz de Santo Antonio.

Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas. Data: 02/10/2017.



Imagens de Santo Antonio e Nossa Senhora da Conceição, pertencentes ao acervo da Matriz de Santo Antônio.

Foto de Willder Jr. Moraes Mendes, 11/11/2017.

A religiosidade popular é percebida nos oratórios encontrados dentro das casas e nas capelas erigidas dentro das fazendas, assim como os cruzeiros construídos em frente as mesmas. Também não é incomum encontrarmos santas e santos incrustados em grutas construídas seja nas casas ou nas entradas das fazendas para a proteção e devoção familiar. O catolicismo de Fortuna de Minas, em linhas gerais, se confunde com a história social e política do próprio município. Este, no entanto; não apenas reflete as mudanças na forma da organização social e, por consequência, em como as devoções se constituem; mas também oferece, em grande medida, os recursos necessários, simbólicos e discursivos para a sua interpretação, assim como suporte para a memória coletiva (STEIL, 2004). Percebemos a força da tradição católica nos oratórios, nas procissões e festejos organizados em nomes dos santos de devoção dos fortunenses.



Foto de oratório particular encontrado na comunidade rural.

Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas. Data: 02/10/2017.



Foto da Igreja de Nossa Senhora Aparecida, localizada na Fazenda Vargem dos Tocos, em Córrego de Areia. Destaque para o Cruzeiro.

Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas. Data: 02/10/2017.

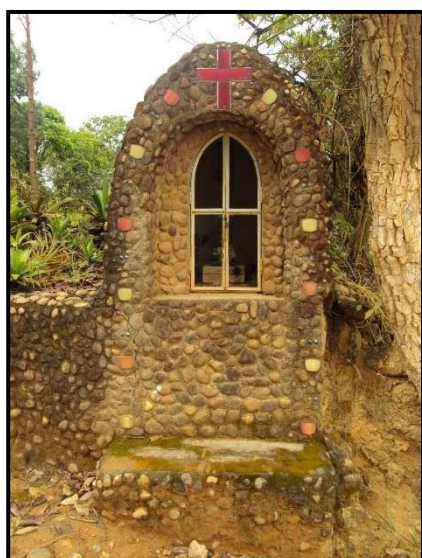


Foto de gruta dedicada à devoção católica, localizada na Fazenda Vargem dos Tocos, em Córrego de Areia.

Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas. Data: 02/10/2017.

Além da Igreja Matriz de Santo Antônio, Fortuna de Minas contém outras instituições católicas. Dentre elas, podemos destacar a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, na sede; a Capela de São Sebastião, em Beira Córrego; a Capela de São José, em Córrego de Areia; a Capela de Nossa Senhora Aparecida, em Córrego de Areia; e a Capela de Nossa Senhora de Fátima, em Três Barras. Estas capelas podem ser consideradas como reminiscências das antigas capelas construídas dentro dos grandes latifúndios para a celebração da ritualística católica nas comunidades rurais de Fortuna de Minas.



Capela de Nossa Senhora do Rosário na sede do município.
Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas. Data: 02/10/2017.



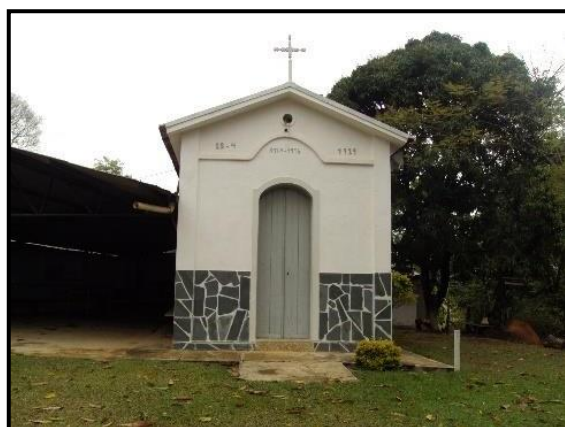
Capela de São Sebastião, em Beira Córrego.
Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas. Data: 02/10/2017.



Capela de São José, em Córrego de Areia.
Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas. Data: 02/10/2017.



Cruzeiro da Capela de São José, em Córrego de Areia.
Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas. Data: 02/10/2017.



Capela de Nossa Senhora Aparecida, em Córrego de Areia.
Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas. Data: 02/10/2017.



Altar mor da Capela de Nossa Senhora Aparecida, em Córrego de Areia.
Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas. Data: 02/10/2017.



Sino da Capela de Nossa Senhora de Fátima, em Três Barras.

Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas. Data: 02/10/2017.



Capela de Nossa Senhora de Fátima, em Três Barras.

Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas. Data: 02/10/2017.

As festas tradicionais do mês de maio, mês de Nossa Senhora, e de junho, do Padroeiro Santo Antônio, são celebradas até a atualidade. Entretanto, na década de 1950, a devoção e a religiosidade se faziam mais presentes no distrito, tornando as festividades mais entusiasmadas. A comunidade se reunia no final do mês de abril para preparar e organizar as festividades dos dois meses seguintes.

Nos meses de maio, em todas as noites, era tradicional a reza do terço e a cerimônia de coroação de Nossa Senhora. Encerradas as solenidades tinha início ao funcionamento das barraquinhas. Nos finais de semana, a presença do público era muito maior, o que fazia com que a barraquinha ficasse mais movimentada. Depois da coroação, eram distribuídos cartuchos com amêndoas para as crianças que participavam com roupas de anjos. Assistiam as cerimônias pessoas vindas de Esmeraldas, Sete Lagoas e outros povoados vizinhos. Chegavam a cavalo, de jardineira, caminhão de leite ou a pé (DINIZ, 2011).

Folder da Festa de Santo Antônio de Fortuna de Minas de 2017. IN:

<http://www.diocesedesetelagoas.com.br/parouquia-de-fortuna-de-minas-festeja-seu-padroeiro/>, acessado em 08/11/2017.





Festa de Nossa Senhora do Rosário, s/d.
<https://www.facebook.com/TresBarrasFortunaDeMina/photos/a.896753087087286.1073741825.393758027386797/913209722108289/?type=3&theater>, acessado em 08/11/2017.



Folder da Festa de Nossa Senhora do Rosário de 2017.

<https://www.facebook.com/folhadefortuna/photos/a.1006184339478312.1073741827.1006182762811803/1386557648107644/?type=3&theater>, acessado em 08/11/2017.

Terminado o mês de maio, iniciavam-se os festejos da trezena de Santo Antônio, Padroeiro da comunidade. O movimento da barraquinha continuava. Algumas famílias das redondezas alugavam casas para residência temporária. Vinham em seus carros de bois, ou carroças, trazendo colchões, vasilhames e suprimentos para o preparo de alimentação. O dia 13 de junho era dedicado a Santo Antônio e era o encerramento da trezena. Fortuna toda ficava em festa. A Banda de Música de Inhaúma dava início as festividades com a alvorada às cinco da manhã. Depois da missa, começava o pregão das prendas ofertadas pelos devotos para leilão. Este era bastante concorrido, pois os fazendeiros doavam bois, bezerros, porcos, galinhas e perus para o leilão.

Após as festividades religiosas, o cotidiano produtivo retornava à comunidade. Normalmente, as casas eram construídas no nível da rua. As paredes, nas décadas de 1950-1960, eram feitas de adobe. Na construção do telhado, utilizava-se madeira retirada das matas existentes nas fazendas da região. A cobertura era feita com telhas de barro. Em algumas casas o teto era forrado com uma espécie de esteira de bambu. O piso, na maioria das casas, era de terra batida. Pouquíssimas eram cimentadas ou assoalhadas. A pintura era feita com uma mistura de água e tabatinga. Esta era muito fácil de ser encontrada no subsolo ou nas paredes dos grotões de Fortuna. (DINIZ, 2011, p.47).



Bar do Sirley. Típica construção encontrada até meados de Séc. XX, distrito sede de Fortuna de Minas.
Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas. Data: 02/10/2017.

Por esta época também datam o início das apresentações da Guarda de Congo Nossa Senhora do Rosário, que era muito organizada. Os homens com uniformes muito brancos e de quepe. Eram cerca de trinta componentes. Havia, ainda, outros grupos de Folia de Reis e de Pastorinhas. Como apresenta-se nas seguintes imagens:



Guarda de Congo Nossa Senhora do Rosário.
DINIZ, 2011, p.90.



Folia de Reis.
DINIZ, 2011, p.87.



Cortejo da Congada nos dias atuais, s/d.
<https://www.facebook.com/TresBarrasFortunaDeMinas/photos/a.393767100719223.88906.393758027386797/393780860717847/?type=3&theater>, acessado em 08/11/2017.

As festividades cívicas como as religiosas permanecem ocorrendo ainda nos dias de hoje. Porém, em relação às festividades religiosas há uma diminuição no número de participantes, apesar da participação de três guardas de congo do município que fazem os festejos, principalmente, de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia e a Guarda Catopé do Pandeiro, com a bandeira São Benedito. Para alargar o campo sociocultural da juventude fortunense foi criado o Instituto Rômulo Diniz, com o objetivo de criar mecanismos de lazer e profissionalização dos jovens de Fortuna de Minas. O instituto atualmente mantém uma corporação musical que se apresenta durante as festividades cívicas e religiosas.



Cortejo da Congada nos dias atuais, s/d, na comunidade rural de Três Barras.

<https://www.facebook.com/TresBarrasFortunaDeMinas/photos/a.900265433402718.1073741826.393758027386797/916023731826888/?type=3&theater>, acessado em 08/11/2017.



Foto da Corporação Musical do município, organizada pelo Instituto Rômulo Diniz Júnior.

<http://instituto-romuloromulodinizjunior.blogspot.com.br/>, acessado em 08/11/2017.

Em meados da década de 1960, Fortuna teve seu primeiro jornal publicando notícias exclusivamente da cidade. Era mimeografado. Consta que foi idealizado por Adilson Campolina. De acordo com Magnólia Diniz (2011), ninguém soube informar por quanto tempo o jornal circulou, mas as folhas da primeira e segunda da edição nº7 do dia 15 de outubro de 1967 foram encontradas dentro de um livro. A autora consta que tais folhas vão seguir reproduzidas demonstrando o carinho que a população sempre sentiu por sua cidade (DINIZ, 2011, p.60).

Nesta mesma época, grande festividade ocorreu quando a CEMIG inaugurou a rede de distribuição de energia elétrica no distrito e nos povoados. A zona rural também recebeu eletricidade através da ERMIG – Eletrificação Rural de Minas Gerais e CERVAP – Companhia de eletrificação do vale do Paraopeba. Com o passar do tempo, as demais melhorias foram

incrementando a comunidade, que conquistou sua emancipação por meio da Lei Nº 2764 de 31 de dezembro de 1962, recebendo o nome de Fortuna de Minas. O município, segundo Margaret Campolina (2017), foi efetivamente instalado em 1963 sob a intendência de Otávio Campelo Ribeiro e, posteriormente, as primeiras eleições atribuíram à Américo Alves Teixeira o cargo de primeiro prefeito de Fortuna de Minas.

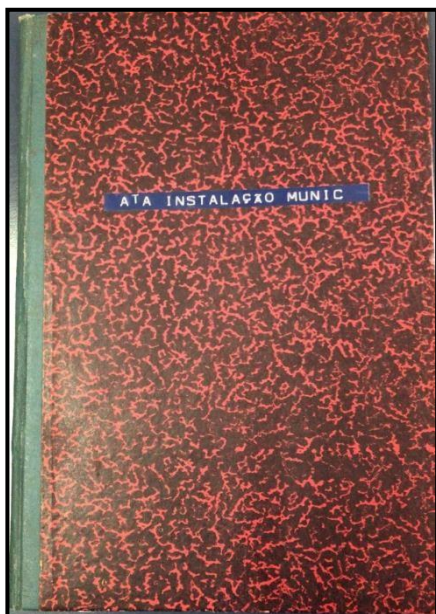


Figura 98: Foto do livro de Ata da instalação do Município de Fortuna de Minas. Acervo da Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas, data de 1962.

Foto de Willder Jr. M. Mendes, 20/11/2017.

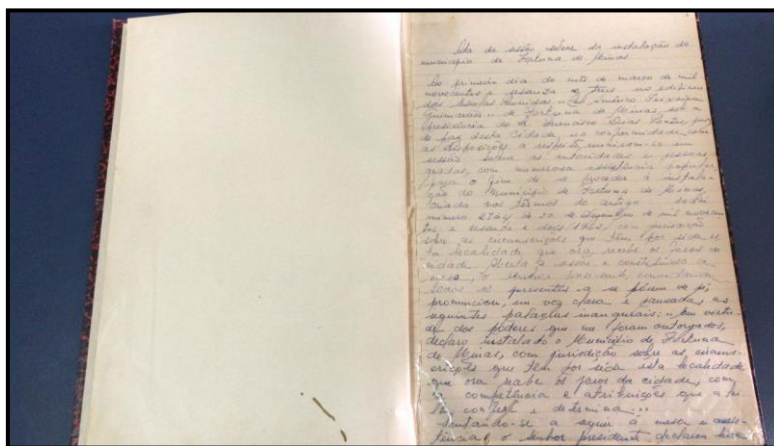


Figura 99: Foto do livro de Ata da instalação do Município de Fortuna de Minas. Foto da primeira legislação municipal do Livro de Atas do Município de Fortuna de Minas. Acervo da Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas, data de 1962.

Foto de Willder Jr. M. Mendes, 20/11/2017.

Conforme Margaret Campolina (2017), apesar do distrito ter sido elevado a município no início da década de 1960, com o topônimo de Fortuna de Minas, sua economia estava arraigada no modelo tradicional rural. A estrutura da cidade baseia-se no ruralismo, sendo circundada por sítios e fazendas. Desse modo, Fortuna de Minas não perdeu suas características originais de produtora de gêneros agrícolas e gado. De acordo com as informações contidas no site do IBGE, Fortuna de Minas possui uma produção agrícola diversificada, com o plantio de lavouras de cana-de-açúcar, feijão, café, mandioca, milho, além das plantações de hortaliças encontradas tanto nos pequenos sítios quanto nas grandes propriedades. A agropecuária também se faz presente no modelo produtivo do município com a produção de gado bovino, principalmente, aves e suínos. Margaret Campolina (2017) destaca a produção de laticínios e seus derivados no

município e em sua zona rural. Segundo o último censo agropecuário, datado de 2016, pelo IBGE, Fortuna de Minas contém, atualmente, aproximadamente 732 unidades produtivas agropecuárias. Entre as atividades econômicas atuais ressalta-se ainda o comércio; a tecelagem – hoje, ligada à atividade do bordado e da costura –; a presença da fábrica de sapatos – existente desde as primeiras décadas do século XX –; a recente presença da fábrica de poupa de frutas na comunidade rural de Beira Córrego e do Retiro dos Moreiras – iniciativa originada dos cultivos de árvores frutíferas dos pomares das antigas e novas fazendas; a produção de Urucum, na comunidade de Três Barras; a criação de búfalos, que apesar de promissor ainda não conseguiu uma posição substancialmente consolidada no campo econômico em Fortuna de Minas.



Foto de Rildo em meio a sua criação de búfalos.

<http://g1.globo.com/minas-gerais/mgtv-2edicao/videos/t/edicoes/v/fortuna-de-minas-se-destaca-na-criacao-de-bufalos/6184379/>, acessado em 08/11/2017.

Nas tentativas de alavancar-se economicamente, surgem no século XIX os empreendimentos imobiliários com a criação das áreas de condomínios fechados. Entretanto, em Fortuna de Minas o desenvolvimento socioeconômico é gestado gradual e lentamente, em oposição às cidades vizinhas que se desenvolveram rapidamente. Isso dificultou a gestão municipal, no decorrer do tempo, encontrar maneiras de promover avanços econômicos e, ao mesmo tempo, manter o impulso econômico dado pelos primeiros habitantes da região (CAMPOLINA, 2013). Atualmente, os fortunenses buscam empregos e melhores oportunidades de vida em cidades vizinhas, a exemplo de Sete Lagoas ou emigrando para Belo Horizonte. A cidade contém uma unidade do Sistema Único de Saúde (SUS). Ainda conforme o IBGE, o índice de desenvolvimento humano municipal, contabilizado no ano de 2010, foi de 0,699.

Atualmente, Fortuna de Minas é conhecida como a “Cidade dos Pássaros Livres”. Entretanto, a iniciativa deste projeto começou em 2007, a partir do trabalho de Washington Moreira Filho, que começou uma campanha entre os fortunenses para libertarem seus pássaros do cativeiro. Washington recebeu a ajuda da polícia, que passou a fiscalizar a soltura das aves, e das crianças



Chefe do setor:

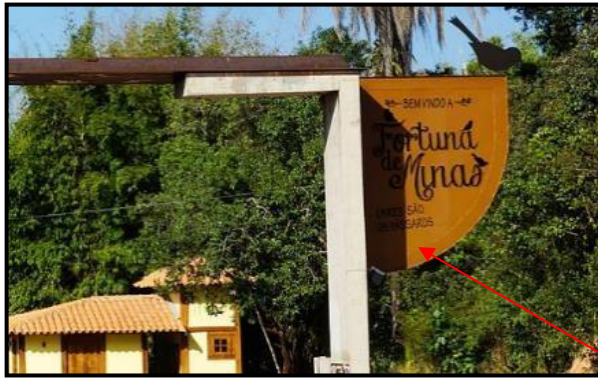
Willder Jr. M. Mendes

**PLANO DE INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO
DO PATRIMÔNIO CULTURAL****FORTUNA DE MINAS/MG**

que ajudaram na conscientização e difusão de sua campanha. A motivação para a libertação das aves, segundo Washington, consistia no seu desejo de ouvir novamente nas praças da cidade o canto dos canários, trinca-ferros, papa-capinas, entre outras aves.

**Foto do Canário da Terra.**

<https://maesso.files.wordpress.com/2011/07/canrio1.jpg>, acessado em 06/11/2017.

**Foto da placa de entrada de Fortuna de Minas.
Destaque para Menção à Liberdade dos pássaros.****Site: Fortuna Park.**

<https://www.fortunapark.com.br/?lightbox=dataItem-iufl9o7e>, acessado em 07/11/2017

Ao longo destes dez anos, as aves libertadas já se misturam a outros pássaros comuns na região como, por exemplo, o joão-de-barro, o pica-pau e o beija-flor. Porém, apenas não foram libertados pássaros já nascidos em cativeiro. Além do canto dos pássaros, o município ganhou outra fonte de renda a partir da comercialização de casas pré-fabricadas para passarinhos, por meio do trabalho artesão de Elizabeth Ribeiro que aprendeu a construir casas de joão-de-barro. Cidade aconchegante busca-se com este projeto, tornar exemplo para outros municípios e localidades para libertarem suas aves (GLOBO REPÓRTER, 2011).

Destaca-se que Fortuna de Minas não tem nenhum bem inventariado, tombado e/ou registrado, apesar do expressivo acervo histórico cultural que possui, principalmente em sua zona rural. Contudo, ainda com um trabalho incipiente em relação à proteção do seu patrimônio cultural, Fortuna de Minas já está amparada legalmente pela Lei nº 853, de 14 de abril de 2009, que *estabelece normas de proteção do patrimônio cultural do município de Fortuna de Minas e cria o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural* e Lei nº 852, de mesma data, que *institui o Fundo Municipal de Proteção o Patrimônio Cultural – FUMPAC*, regulamentada pelo Decreto nº 271 de 23 de dezembro de 2009. O Conselho Municipal do Patrimônio Cultural teve sua composição renovada a partir do Decreto de nomeação nº 549 de 19 de setembro de 2017.

Neste ano, sob a gestão do atual prefeito, Patrick Campos Diniz, o município busca alavancar com ações mais efetivas em prol à preservação do seu patrimônio cultural. Entre as primeiras

ações realizadas está a elaboração do presente PLANO DE INVENTÁRIO, que a partir de um cronograma de ações, pretende realizar sistematicamente o reconhecimento dos bens e referências culturais do município.



Vista panorâmica de Fortuna de Minas com destaque para a Igreja Matriz de Santo Antônio.
Fortuna Park. IN: <https://www.fortunapark.com.br/?lightbox=dataItem-iufl9o7e>, acessado em 07/11/2017

REFERÊNCIAS:

ALCANTARA FILHO, José Luiz; FONTES, Rosa Maria Oliveira. *A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil*. Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada, vol. 4, Nº 7, Jul-Dez/2009. IN: <http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/ESTRUTURA-FUNDI%C3%81RIA-ze-luispara-pdf.pdf>, acessado em 07/11/2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Biodiversidade Brasileira: Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros*. Brasília: MMA/SBF, 2002.

CAMPOLINA, Margaret Aparecida G. dos Santos. *Fortuna de Minas: origem da ocupação territorial e da formação econômica*. Sete Lagoas: Revista Maestria, Nº11, 2013.

CAMPOS, Helena Guimarães; FARIA, Ricardo de Moura. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Lê, 2005.



Chefe do setor:

Willder Jr. M. Mendes

**PLANO DE INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO
DO PATRIMÔNIO CULTURAL**

FORTUNA DE MINAS/MG

CANÊDO, Letícia Bicalho. *Um capital político multiplicado no trabalho genealógico*. Revista Pós Ciências Sociais, vol. 08, nº 25, São Luís/MA, 2011. IN: http://www.ppgcsoc.ufma.br/index.php?option=com_content&view=article&id=470&catid=82&Itemid=114, acessado em 17/01/2016.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem e Teatro das Sombras*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2013.

COUTINHO, L.M. *O uso do fogo em pastagens naturais brasileiras*. IN: PUIGNAU, J. P. (ed). Utilización y manejo de pastizales. Montevideo: IICA PROCISUR, (DIÁLOGO XL), 1994, p.159-168.

DA LUZ, A. B.; DAMASCENO, E. C. *Caulim um Mineral Industrial Importante*. CETM/CNPq, Série Tecnologia Mineral No. 65, Rio de Janeiro, 1993, RJ. 29p.

DA LUZ, A. B.; LINS, F. A. F.; PIQUET, B.; COSTA, M. J.; COELHO, J. M. *Pegmatitos do Nordeste: Diagnóstico sobre o Aproveitamento Racional e Integrado*. CETEM/MCT, Série Rochas e Minerais Industriais, No.9, Rio de Janeiro, RJ, 2003, p. 76-77.

Decreto Nº 271, de 23 de dezembro de 2009, que regulamenta o Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural, criado pela Lei nº 852, de 14 de abril de 2009. Assinado pelo Prefeito Municipal de Fortuna de Minas, João Evangelista de Abreu Pontes, em 14 de abril de 2009.

DINIZ, Magnólia de Fátima e Silva. *Fortuna Conta Sua História*. Sete Lagoas/MG: Kromos, 2011.

DULCI, Otávio Soares. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.

EITEN, G. *Vegetação do Cerrado*. IN: PINTO, M. N. (Ed.). Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas. 2.ed. Brasília: UnB/SEMATEC, 1994, p.17-73.

Entrevista com Margaret Aparecida G. dos Santos Campolina, historiadora do município, realizada por Bárbara Braga Penido Lima, em 09/10/2017.

Entrevista com Willder Júnior de Moraes Mendes, subsecretário de cultura da Secretaria Municipal de Cultura de Fortuna de Minas e professor de língua portuguesa, realizada por Bárbara Braga Penido Lima, em 09/10/2017.

G1.MINAS GERAIS. *Fortuna de Minas se destaca na criação de búfalos*. Edição de 29 de setembro de 2017. IN: <http://g1.globo.com/minas-gerais/mgtv-2edicao/videos/t/edicoes/v/fortuna-de-minas-se-destaca-na-criacao-de-bufalos/6184379/>, acessado em 08/11/2017.

GLOBO REPÓRTER. *Moradores libertam pássaros que viviam presos em gaiolas em MG. Em Fortuna de Minas, pássaros dos mais variados tipos como joão-de-barro, pica-pau e beija-flor se misturam e passam a viver livres das gaiolas*. Globo Repórter, edição de 01/07/2011, atualizada em 04/07/2011. IN: <http://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2011/07/moradores-libertam-passaros-que-viviam-presos-em-gaiolas-em-mg.html>, acessado em 06/11/2017.



HORTA, Cid Rebelo. *Famílias governamentais em Minas Gerais*. Anais do Seminário de Estudos Mineiros, número 02. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1956.

IBGE. *IBGE CIDADES: Minas Gerais: Fortuna de Minas*. IN: <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=312640>, acessado em 06/11/2017.

MARTINS, Tarcísio José. *Quilombo do Campo Grande – História de Minas que se devolve ao povo*. Edição ampliada. Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Contagem/MG: Editora Santa Clara, 2008.

MEGA CIDADE. “15ª Festa do Urucum” anima Fortuna de Minas no próximo final de semana. Site: Mega Cidade: Sete Lagoas – MG. Notícia postada em 04/10/2017. IN: <http://www.megacidade.com/noticia/8283/%E2%80%9C15%C2%AA-festa-do-urucum%E2%80%9D-anima-fortuna-de-minas-no-proximo-final-de-semana>, acessado em 08/11/2017.

MEGA CIDADE. “8ª Festa do Cavalo” promete agitar Fortuna de Minas. Site: Mega Cidade: Sete Lagoas – MG. Notícia postada em 05/06/2017. IN: <http://www.megacidade.com/noticia/5745/%E2%80%9C8%C2%AA-festa-do-cavalo%E2%80%9D-promete-agitar-fortuna-de-minas>, acessado em 08/11/2017.

MEGA CIDADE. “Canários” de Fortuna de Minas trabalha forte para o Campeonato Regional de Futebol Amador. Site: Mega Cidade: Sete Lagoas – MG. Notícia postada em 08/07/2017. IN: <http://www.megacidade.com/noticia/6389/%E2%80%9Ccanarios%E2%80%9D-de-fortuna-de-minas-trabalha-forte-para-o-campeonato-regional-de-futebol-amador>, acessado em 08/11/2017.

MEGA CIDADE. “XII Festa do Amor” acontece em Fortuna de Minas em benefício à APAE de Sete Lagoas. Site: Mega Cidade: Sete Lagoas – MG. Notícia postada em 26/05/2017. IN: <http://www.megacidade.com/noticia/5564/%E2%80%9C12%C2%AA-festa-do-amor%E2%80%9D-acontece-em-fortuna-de-minas-em-beneficio-a-apae-de-sete-lagoas>, acessado em 08/11/2017.

MEGA CIDADE. Biblioteca Pública Municipal é um importante espaço para educação e cultura de Fortuna de Minas. Site: Mega Cidade. Sete Lagoas. Notícia publicada em 20/06/2017. IN: <http://www.megacidade.com/noticia/6002/biblioteca-publica-municipal-e-um-importante-espaco-para-a-educacao-e-cultura-de-fortuna-de-minas>, acessado em 08/11/2017.

MEGA CIDADE. Fortuna de Minas realiza a “12ª Festa da Primavera” e o “1º Festival da Pousa de Fruta”. Site: Mega Cidade: Sete Lagoas – MG. Notícia postada em 13/09/2017. IN: <http://www.megacidade.com/noticia/7821/fortuna-de-minas-realiza-a-%E2%80%9C12%C2%AA-festa-da-primavera%E2%80%9D-e-o-%E2%80%9C1%C2%BA-festival-da-pousa-de-fruta%E2%80%9D>, acessado em 08/11/2017.

MEGA CIDADE. Município de Fortuna de Minas busca promover a valorização do idoso. Site: Mega Cidade: Sete Lagoas – MG. Notícia postada em 13/09/2017. IN: <http://www.megacidade.com/noticia/8525/municipio-de-fortuna-de-minas-busca-promover-a-valorizacao-do-idoso>, acessado em 08/11/2017.



MENSES, José Newton Coelho. *O Continente Rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina/MG: Maria Fumaça, 2000.

RIBEIRO, J. F.; WALTER, B. M. T. *As principais fitofisionomias do Cerrado*. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P.; RIBEIRO, J. F. (Ed.) *Cerrado: ecologia e flora*. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2008, p.153-212.

SANTOS, Elton Castro Rodrigues dos. *Grupos Escolares ou Escolas Reunidas? A expansão da Escola Graduada em Mato Grosso*. Dossiê Temático. RevistAleph – ISSN 1807-6211, ano VIII, nº 20, dezembro de 2013. IN:

<http://revistaleph.uff.br/index.php/REVISTALEPH/article/viewFile/62/56>, acessado em 08/11/2017.

SOUSA, Rodrigo Franklin. *Religiosidade no Brasil*. Resenha de livro. Revista Estudos Avançados, ISSN 0103-4014, Vol. 27, Nº 79, São Paulo, 2013. IN:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142013000300022, acessado em 08/11/2017.

SOUZA, Rosa Fátima. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2008.

STEI, Carlos Alberto. *Catolicismos e memória no Rio Grande do Sul*. Debates do NER, Porto Alegre, ano 5, nº5, p.09-30, junho/2004.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O Teatro das Oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte Editora, 2012.

**2.2 DADOS DO MUNICÍPIO, DISTRITOS E POVOADOS:**

Município:	Fortuna de Minas/MG
Emancipação:	30 de dezembro de 1962 – Lei nº 2764
Mesorregião:	Metropolitana de Belo Horizonte
Microrregião:	Sete Lagoas
Área total:	198,709 km ²
População:	2.705 habitantes, sendo 1.394 homens e 1.311 mulheres. Do total de habitantes, cerca de 70% reside na área urbana: 1865 pessoas na área urbana e 840 na área rural.
Densidade demográfica:	13,61 hab./km ²
Nº estimado de edificações:	840 edificações
Altitude:	729 m acima do nível do mar
CEP:	35760-000
Principais atividades econômicas:	As principais atividades econômicas do município são o comércio, a agricultura, a pecuária, a indústria, a manufatura, o extrativismo mineral.
Infraestrutura urbanística:	Cerca de 75% das edificações possuem abastecimento de água da rede geral e são abrangidos por coleta de lixo. Todas as edificações recebem energia elétrica.
Bacia hidrográfica:	O município pertence à bacia hidrográfica do Rio São Francisco, tendo como principais recursos hídricos: Córrego Tropeiro, Córrego Carreira Comprida, Ribeirão dos Macacos, Rio Paraopeba.
Legislação urbana municipal:	Lei Orgânica Municipal de 20 de dezembro de 2012; Lei de proteção ao patrimônio cultural e criação do Conselho Municipal (Lei 853 de 2009); Lei de criação do Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural – FUMPAC (Lei 852 de 2009).



Povoados: Há quatro povoados no município de Fortuna de Minas, são eles: Três Barras, Beira Córrego, Córrego de Areia e Retiro dos Moreiras.

	Três Barras	Beira Córrego	Córrego de Areia	Retiro dos Moreiras
Distância da sede	13 km	20 km	10 km	17 km
Número aproximado de famílias	62	74	74	15

Fonte: Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas (<http://www.fortunademinas.mg.gov.br/>), Censo do IBGE realizado em 2010 (<https://www.ibge.gov.br/>), Plano de Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural 2011 / exercício 2013 e visita de campo realizada em outubro de 2017.

2.3 LISTAGEM DO PATRIMÔNIO PROTEGIDO:

O município de Fortuna de Minas entregou ao IEPHA/MG, no ano de ação de 2009 / exercício 2010 e no de ação de 2011 / exercício 2013, Planos de Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural. Porém, os referidos trabalhos não obtiveram pontuação e não houve continuidade das atividades.

Atualmente, Fortuna de Minas não possuiu nenhum bem inventariado, tombado ou registrado municipalmente. Não há bens protegidos em outras instâncias federativas.



3. ETAPAS DO PLANO DE INVENTÁRIO:

3.1 OBJETIVOS DO INVENTÁRIO:

O início dos trabalhos de proteção do acervo cultural se dá através da investigação da localidade atentando-se para as diversas formas de manifestação cultural, material e imaterial, nos contextos social e ambiental. O Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural (IPAC) busca pesquisar, revelar e documentar valores da cultura de uma localidade, oferecendo subsídios para a proteção de seu acervo. Também observa a diversidade local e reconhece as peculiaridades que marcam e identificam o ambiente e seu povo. O IPAC caracteriza-se ainda por ser um instrumento de gestão municipal que auxilia na proteção e divulgação do patrimônio cultural.

A partir da elaboração do Plano de Inventário, o município de Fortuna de Minas poderá conduzir trabalhos que promovam, valorizem e preservem seu patrimônio cultural de forma organizada e sistemática. A escolha dos bens passíveis de tombamento e de registro será guiada pelo reconhecimento da sua importância para a comunidade amparada pela decisão e análise do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural.

Fortuna de Minas possui um conjunto arquitetônico com exemplares de características coloniais e ecléticas, dentre outras, que se destacam no cenário urbano e, sobretudo, rural onde resguardam verdadeiras “reliquias” dos primórdios da ocupação de seu território. Entre o patrimônio imaterial há várias práticas tradicionais como a Festa de Santo Antônio e de Nossa Senhora e a produção de bordados.

Ressalva-se que dentro da metodologia de identificação e reconhecimento dos bens culturais deve-se garantir a participação da comunidade como protagonista do processo. Neste íterim, o Inventário se constitui como uma atividade de educação patrimonial quando se busca a construção do conhecimento a partir de um amplo diálogo entre as instituições de gestão, equipes técnicas e a comunidade, que é a detentora das referências culturais a serem inventariadas.

O Plano de Inventário do Município de Fortuna de Minas/MG marca o fortalecimento da Política de Preservação do Patrimônio Cultural da cidade, visando garantir à população presente e às gerações futuras o convívio com importantes elementos referenciais de sua história e cultura. É também ferramenta para a orientação do planejamento urbano da cidade, bem como para outras políticas, como o fomento à exploração sustentável dos recursos turísticos e ambientais locais.



3.2 CRITÉRIOS DE IDENTIFICAÇÃO DE BENS:

Apesar de Fortuna de Minas não possuir nenhum bem inventariado, tombado ou registrado até a atualidade, ainda preserva um expressivo acervo cultural distribuído em sua paisagem urbana e rural. Como critério de identificação dos bens passíveis de inventário pautou-se nos aspectos históricos, culturais, econômicos, administrativos e geográficos, tais como: a evolução histórica e de ocupação do território; elementos (de suporte material ou imaterial) que são referenciais para a ação dos diferentes grupos sociais formadores da comunidade local e que representem a diversidade cultural local; a cultura material e imaterial que surge com as atividades de trabalho e de geração de renda; a divisão político-administrativa do município e elementos do meio físico e redes de comunicação, como rios, formação geológica, malha rodoviária etc.

Além dos aspectos culturais, econômicos, administrativos e geográficos acima listados, atenta-se para a investigação das seguintes áreas temáticas: patrimônio rural; patrimônio industrial; patrimônio das escolas; patrimônio religioso e espaços do sagrado; espaços de cultura, incluindo biblioteca, artes plásticas, teatro e outras expressões; lugares de comércio; celebrações; modos de fazer; saberes e formas de expressão.

A partir de uma prévia varredura para a elaboração do presente Plano de inventário foi possível reconhecer exemplares que identificam as temáticas acima apresentadas em maior ou menor número, a depender da área/área/seção a ser investigada. Entre elas destacam-se o patrimônio rural composto por sedes de fazendas que remontam o início da ocupação do território e ainda seus anexos funcionais com equipamentos que exemplificam as atividades que ali ocorreram ou ainda prevalecem; o patrimônio religioso e espaços sagrados caracterizados pelas edificações, bens móveis de veneração e ainda pelas celebrações e formas de expressão que baseiam-se da fé; e o patrimônio industrial e lugares de comércio que retratam as atividades que existiram e/ou ainda permanecem como propulsores da economia local.

Para a execução completa dos inventários serão realizadas as seguintes atividades para cada área específica do município a ser inventariada: no primeiro momento, junto ao detalhamento das informações aqui apresentadas a respeito do município, será elaborada a planta cadastral com a identificação e localização dos bens a serem inventariados, em seguida, serão feitos os levantamentos e entrevistas em campo e, após, elaboradas e preenchidas as fichas de inventário. Ressalta-se a participação da comunidade, que detém as referências culturais a serem inventariadas, em todas as etapas do inventário como forma de se manter a construção dialógica do conhecimento acerca do patrimônio cultural.



3.3 DIVISÃO DO TERRITÓRIO EM ÁREAS:

A partir dos critérios de identificação definidos anteriormente, as áreas programadas para serem inventariadas são:

Seção 01 – Núcleo urbano do Distrito Sede;

Seção 02 – Área Rural. Em virtude do extenso número de bens encontrados nesta seção subdividiu-se em três zonas sendo: zona rural norte (porção do território que engloba os povoados Beira Córrego e Retiro dos Moreiras); zona rural central (porção do território que engloba o povoado Córrego de Areia) e a zona rural sul (porção do território que engloba o povoado de Três Barras).

Seção 1 – Distrito Sede

A Seção 1 corresponde ao núcleo urbano Sede do município de Fortuna de Minas. Sua extensão territorial é pequena, facilmente percorrível a pé, aliviada ainda pela topografia predominantemente plana. As vias são, em sua maioria, asfaltadas. As edificações conservam um ou dois pavimentos, em partidos e implantações variados. Apesar de não haver uniformidade na imagem urbana, a Seção 1 possui exemplares arquitetônicos de estilo colonial e eclético, dentre outros. Algumas edificações constituem referência simbólica e arquitetônica para a população local, como a Igreja Matriz de Santo Antônio, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, a Biblioteca Municipal Tereza Nicomedes, a Antiga Fábrica de Calçados, o Cruzeiro, o Casarão da Família Resende, o Casarão de Dona Ilka. Há também a presença marcante de praças e a concentração de uso comercial e de serviços, os quais atendem a população urbana e rural. Destaca-se a presença de grupos importantes para a cultura local, como o Grupo de Pastorinhas, o Grupo de Capoeira, a Guarda de Congo Nossa Senhora do Rosário, a Guarda de Congo de Santa Ifigênia, a Guarda de Congo Catupé do Pandeiro. O calendário festivo é marcado pelas celebrações da Festa de Santo Antônio e Nossa Senhora, a Festa de Nossa Senhora do Rosário, a Festa de São Benedito e a Folia de Reis. O Córrego dos Tropeiros, cuja nascente situa-se na zona rural, corta o traçado urbano da Seção 1, constituindo elemento natural referencial na paisagem local.



Seção 2 – Zona Rural

A Zona Rural do município de Fortuna de Minas, correspondente à Seção 2, é bastante extensa interceptada por estradas, majoritariamente, de terra batida, com alguns trechos asfaltados. Abrange os povoados de Três Barras, Beira Córrego, Retiro dos Moreiras, Córrego de Areia. É na área rural que se resguarda verdadeiras relíquias do patrimônio rural ainda preservadas. O acervo de fazendas, que inclui as sedes, anexos funcionais e ainda conjunto de bens móveis e integrados a elas associadas é bastante expressivo com exemplares de grande significância passíveis de proteção oficial devido à sua importância histórica e cultural municipal, como a Fazenda dos Macacos e Fazenda Serrania. A Zona Rural Também depara-se com elementos da religiosidade local registrada nos bens materiais tais quais a Capela de Nossa Senhora do Rosário, em Córrego de Areia; a Capela de São Sebastião, em Beira Córrego; a Capela de Nossa Senhora de Fátima, em Três Barras; e imateriais como a Festa de Nossa Senhora do Rosário, a Festa de São Sebastião e a Festa de Nossa Senhora de Fátima, nos arredores das respectivas capelas. Destaca-se que “Retiro dos Moreiras” particulariza-se por ser povoado remanescente de quilombo. Para melhor planejamento no inventário desta seção, optou-se por dividi-la em três zonas: Zona Rural Norte, Central e Sul, conforme cartografia apresentada. Esta divisão busca orientar os trabalhos na zona rural concentrando a pesquisa em uma determinada região. Para cada zona, como se vê no cronograma, estima-se um período de três anos para sua varredura completa e identificação de bens nos diversos atributos.

3.4 PRÉ-LISTAGEM DOS BENS A SEREM INVENTARIADOS

A seguir, apresenta-se uma pré-listagem dos bens culturais passíveis de inventário identificados durante as incursões no município para a realização do seu plano de inventário. Ressalta-se que esta relação de bens é resultado de uma amostragem ou varredura preliminar não objetivando encerrar a busca e identificação de outros bens aqui não listados. Lembra-se que o IPAC deve ser um trabalho de pesquisa construído com a comunidade detentora a quem deve-se estimular que busque e identifique as suas referências culturais.



Os bens elencados abaixo estão classificados de acordo com seu atributo:

ESTRUTURAS ARQUITETÔNICAS E URBANÍSTICAS	ÁREA
DESIGNAÇÃO / LOCALIZAÇÃO	SEÇÃO
1. Igreja Matriz de Santo Antônio. Sede. Fortuna de Minas/MG.	Seção 1
2. Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Sede. Fortuna de Minas/MG.	Seção 1
3. Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas. Av. Renato Azeredo nº 222. Sede. Fortuna de Minas/MG.	Seção 1
4. Biblioteca Municipal Tereza Nicomedes. Praça Otacílio Negrão de Lima. Sede. Fortuna de Minas/MG.	Seção 1
5. Escola Municipal Mário Diniz Pontes. Rua Bombeiro Afonso nº 196. Sede. Fortuna de Minas/MG.	Seção 1
6. Escola Estadual Coronel Américo Teixeira Guimarães. Av. Renato Azeredo s/nº. Sede. Fortuna de Minas/MG.	Seção 1
7. Centro de Educação Infantil Municipal Branca de Neve. Praça Santa Cruz nº 50. Sede. Fortuna de Minas/MG.	Seção 1
8. Creche Municipal Maria de Lourdes. Rua Bombeiro Afonso nº170. Sede. Fortuna de Minas/MG.	Seção 1
9. Unidade Municipal de Saúde Maria da Conceição Resende. Rua Alvorada nº 441. Sede. Fortuna de Minas/MG.	Seção 1
10. Cemitério e Velório Municipal. Sede. Fortuna de Minas/MG.	Seção 1
11. Praça Doutor Bernardo Alves Costa. Sede. Fortuna de Minas/MG.	Seção 1
12. Praça Otacílio Negrão de Lima. Sede. Fortuna de Minas/MG.	Seção 1
13. Praça Juca Pereira. Sede. Fortuna de Minas/MG.	Seção 1
14. Estádio Municipal Geraldo Sorocaba. Sede. Fortuna de Minas/MG.	Seção 1
15. Parque de Exposições e Área de Lazer. Sede. Fortuna de Minas/MG.	Seção 1
16. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fortuna de Minas. Rua Maestra Conceição de Freitas s/nº. Sede. Fortuna de Minas/MG.	Seção 1
17. Posto de Gasolina. Av. Renato Azeredo nº 64. Sede. Fortuna de Minas/MG.	Seção 1
18. Antiga Fábrica de Calçados. Rua Cel. Joaquim Pontes nº151. Sede. Fortuna de Minas/MG.	Seção 1
19. Bar do Sirlei. Av. Renato Azeredo s/nº. Sede. Fortuna de Minas/MG.	Seção 1
20. Empório Dona Cota. Av. Renato Azeredo s/nº. Sede. Fortuna de Minas/MG.	Seção 1
21. Merceria Santo Antônio. Av. Renato Azeredo nº 123. Sede. Fortuna de Minas/MG.	Seção 1
22. Merceria Alvorada. Rua Bonfim nº100. Sede. Fortuna de Minas/MG.	Seção 1
23. Açougue São Jorge. Sede. Av. Renato Azeredo nº 236. Fortuna de Minas/MG	Seção 1
24. Casarão da Família Resende. Rua Maestra Conceição de Freitas nº 26. Sede. Fortuna de Minas/MG.	Seção 1
25. Casarão de Dona Ilka. Av. Renato Azeredo nº 26. Sede. Fortuna de Minas/MG.	Seção 1
26. Casa da Dona Magnólia. Rua Cel. Joaquim Pontes nº 85. Sede. Fortuna de Minas/MG.	Seção 1
27. Casa do Tio Miano e da Tia Mica. Praça da Rodoviária nº 36. Sede. Fortuna de Minas/MG.	Seção 1



Chefe do setor:

Willder Jr. M. Mendes

**PLANO DE INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO
DO PATRIMÔNIO CULTURAL**
FORTUNA DE MINAS/MG

28. Casa da Família Campolina. Rua Maestra Conceição de Freitas nº 04. Sede. Fortuna de Minas/MG.	Seção 1
29. Casa do Sr. Adilson. Rua Augusto J. Ferreira. Sede. Fortuna de Minas/MG.	Seção 1
30. Casa do Sr. Paulo. Rua Alvorada nº 196. Sede. Fortuna de Minas/MG. Sede. Fortuna de Minas/MG.	Seção 1
31. Alambique. Fortuna de Cima. Fortuna de Minas/MG.	Seção 2
32. Cerâmica. Fortuna de Cima. Fortuna de Minas/MG.	Seção 2
33. Escola Estadual Altino Vieira. Beira Córrego. Fortuna de Minas/MG.	Seção 2
34. Fábrica de Polpa de Frutas. Beira Córrego. Fortuna de Minas/MG.	Seção 2
35. Capela de São Sebastião. Beira Córrego. Fortuna de Minas/MG.	Seção 2
36. Povoado Remanescente de Quilombo. Retiro dos Moreiras. Fortuna de Minas/MG.	Seção 2
37. Cemitério. Retiro dos Moreiras. Fortuna de Minas/MG.	Seção 2
38. Fazenda dos Macacos. Córrego de Areia. Fortuna de Minas/MG.	Seção 2
39. Fazenda Boa Vista. Zona Rural. Fortuna de Minas/MG.	Seção 2
40. Capela de São José. Córrego de Areia. Fortuna de Minas/MG.	Seção 2
41. Capela de Nossa Senhora do Rosário. Fazenda Várzea dos Tocos. Córrego de Areia. Fortuna de Minas/MG.	Seção 2
42. Capela de São Lucas. Três Barras. Fortuna de Minas/MG.	Seção 2
43. Capela de Nossa Senhora de Fátima. Três Barras. Fortuna de Minas/MG.	Seção 2
44. Casa de Juarez. Três Barras. Fortuna de Minas/MG.	Seção 2
45. Fazenda da Mata do Paraíso. Zona Rural. Fortuna de Minas/MG.	Seção 2
46. Fazenda Serraria. Zona Rural. Fortuna de Minas/MG.	Seção 2
47. Fazenda Bom Sucesso. Zona Rural. Fortuna de Minas/MG.	Seção 2
48. Fazenda de Búfalo. Zona Rural. Fortuna de Minas/MG.	Seção 2
49. Fazenda das Amoras. Zona Rural. Fortuna de Minas/MG.	Seção 2

**BENS MÓVEIS E INTEGRADOS
DESIGNAÇÃO / LOCALIZAÇÃO**
**ÁREA
SEÇÃO**

1. Imagem de Santo Antônio. Igreja Matriz de Santo Antônio Sede. Fortuna de Minas/MG.	Seção 1
2. Maquinário e peças da Antiga Fábrica de Calçados. Sede. Fortuna de Minas/MG.	Seção 1
3. Cruzeiro. Sede. Fortuna de Minas/MG	Seção 1
4. Imagem de São José. Capela de São José. Córrego de Areia. Fortuna de Minas/MG.	Seção 2
5. Cruzeiro. Fazenda Várzea dos Tocos. Córrego de Areia. Fortuna de Minas/MG.	Seção 2
6. Oratório de Pedra. Fazenda Várzea dos Tocos. Córrego de Areia. Fortuna de Minas/MG	Seção 2
7. Oratório de Tijolos Cerâmicos. Fazenda Várzea dos Tocos. Córrego de Areia. Fortuna de Minas/MG	Seção 2
8. Oratório da Capela de Nossa Senhora do Rosário. Fazenda Várzea dos Tocos. Córrego de Areia. Fortuna de Minas/MG	Seção 2



9. Cruzeiro. Três Barras. Fortuna de Minas/MG.	Seção 2
10. Sino da Capela de Nossa Senhora de Fátima. Três Barras. Fortuna de Minas/MG.	Seção 2
11. Utilitários do período colonial. Fazenda dos Macacos. Córrego de Areia. Fortuna de Minas/MG.	Seção 2

PATRIMÔNIO IMATERIAL DESIGNAÇÃO / LOCALIZAÇÃO	ÁREA SEÇÃO
1. Festa de São Benedito. Sede. Fortuna de Minas/MG.	Seção 1
2. Festa de Nossa Senhora do Rosário. Sede. Fortuna de Minas/MG.	Seção 1
3. Festa de Santo Antônio e Nossa Senhora. Sede. Fortuna de Minas/MG.	Seção 1
4. Folia de Reis. Sede. Fortuna de Minas/MG.	Seção 1
5. Guarda de Congo Nossa Senhora do Rosário. Sede. Fortuna de Minas/MG.	Seção 1
6. Guarda de Congo de Santa Ifigênia. Sede. Fortuna de Minas/MG.	Seção 1
7. Guarda de Congo Catupé do Pandeiro. Sede. Fortuna de Minas/MG.	Seção 1
8. Grupo de Pastorinhas. Sede. Fortuna de Minas/MG.	Seção 1
9. Grupo de Capoeira. Sede. Fortuna de Minas/MG.	Seção 1
10. Biscoiteiras. Sede. Fortuna de Minas/MG.	Seção 1
11. Festa de São Sebastião. Beira Córrego. Fortuna de Minas/MG.	Seção 2
12. Festa da Primavera e da Polpa de Frutas. Beira Córrego. Fortuna de Minas/MG.	Seção 2
13. Festa de Nossa Senhora de Fátima. Três Barras. Fortuna de Minas/MG.	Seção 2
14. Festa do Urucum. Três Barras. Fortuna de Minas/MG.	Seção 2
15. Festa de São José. Córrego de Areia. Fortuna de Minas/MG.	Seção 2
16. Bordadeiras. Zona Rural. Fortuna de Minas/MG.	Seção 2
17. Benzedores. Zona Rural. Fortuna de Minas/MG.	Seção 2

SÍTIOS NATURAIS DESIGNAÇÃO / LOCALIZAÇÃO	ÁREA SEÇÃO
1. Córrego dos Tropeiros. Sede. Fortuna de Minas/MG.	Seção 2
2. Pico da Serra Juca Matias. Zona Rural. Fortuna de Minas/MG.	Seção 2

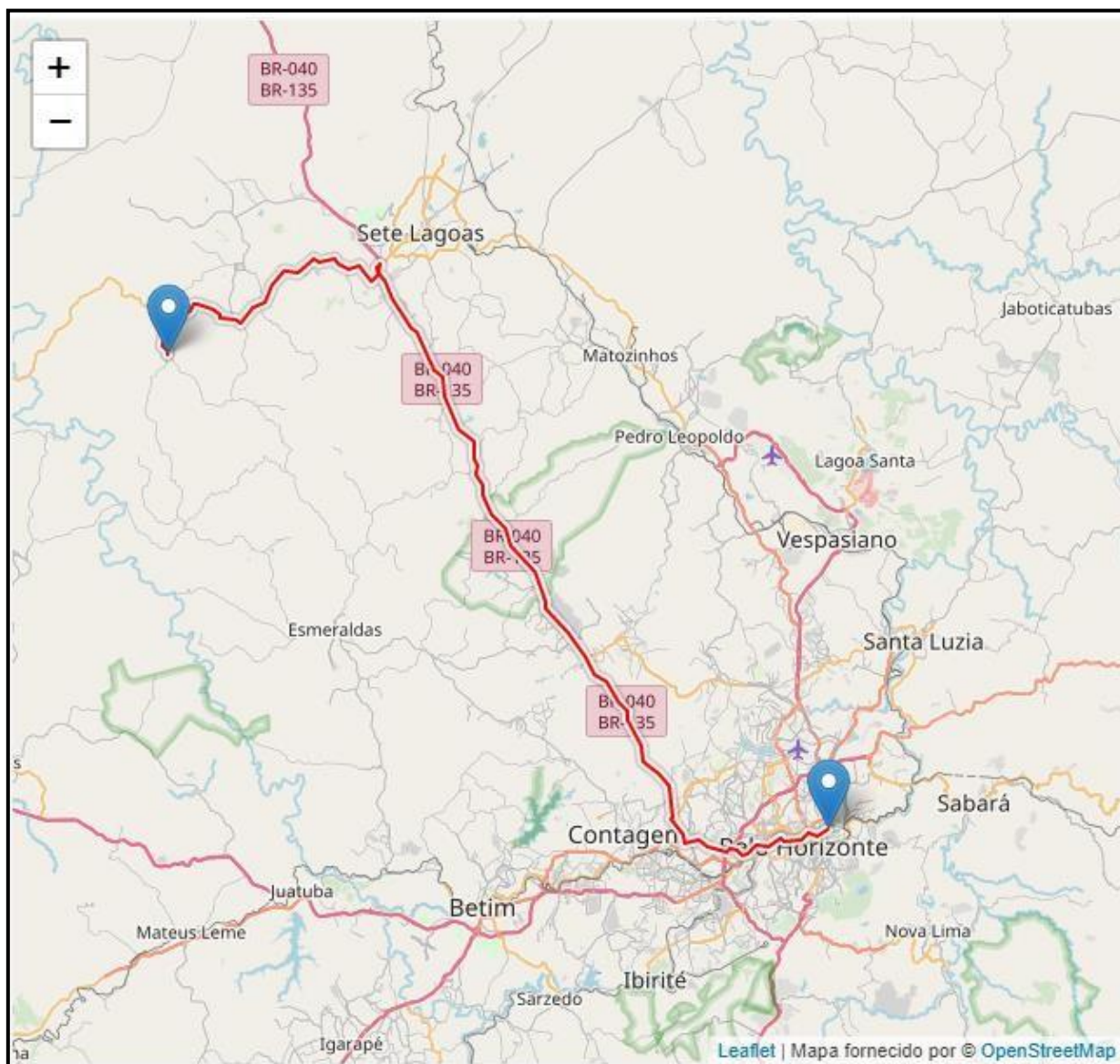
4. DOCUMENTAÇÃO CARTOGRÁFICA:



Localização do Município de Fortuna de Minas no Estado de Minas Gerais.

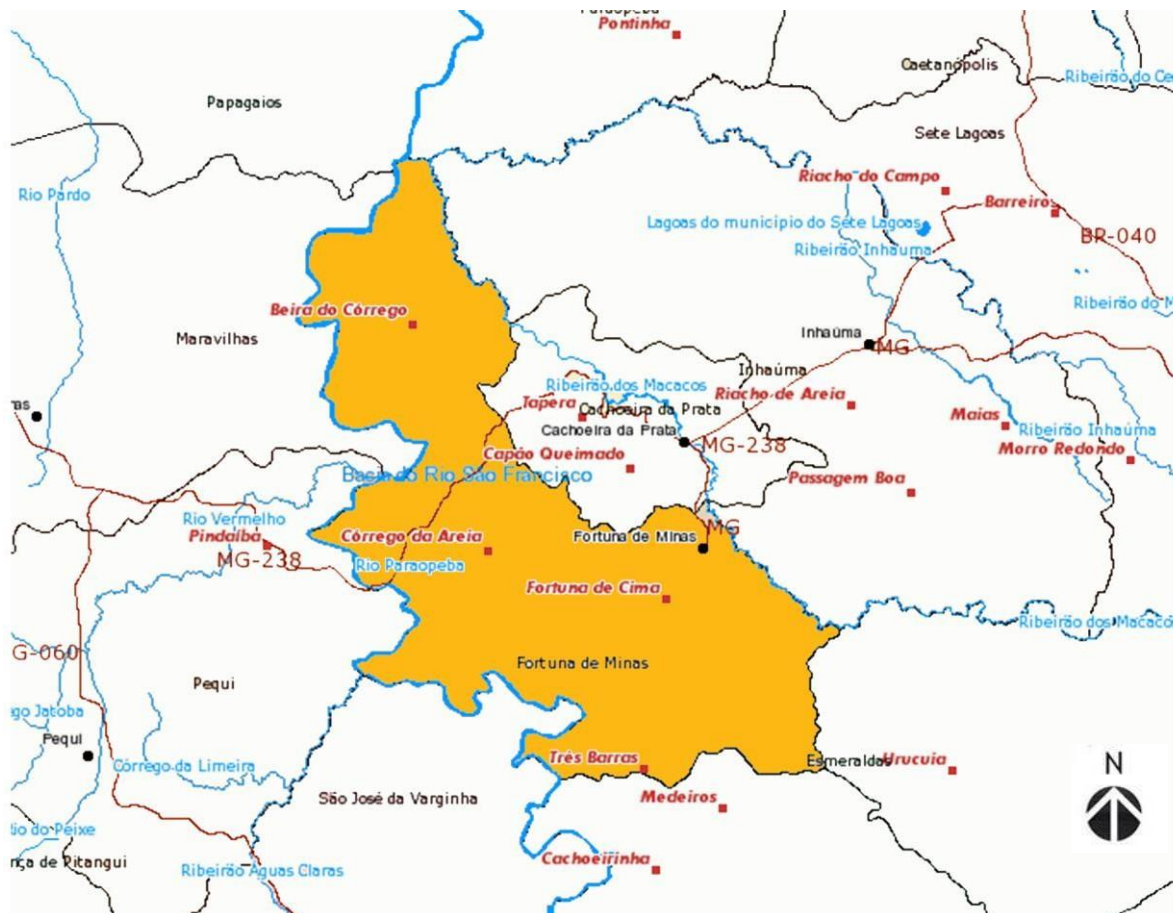
Sem escala.

Fonte: Wikipédia. Disponível em: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Fortuna_de_Minas >. Acesso em out/2017.

**Vias de acesso à cidade de Fortuna de Minas.**

Sem escala.

<http://rotamapas.com.br/distancia-entre-belo-horizonte-e-fortuna-de-minas>, acessado em 06/11/2017.



Município e Povoados de Fortuna de Minas e divisas territoriais.

Sem escala.

Fonte: Base Instituto de Geociências Aplicadas – IGA, 2015. Disponível em:
<http://licht.io.inf.br/mg_mapas/mapa/cgi/iga_comeco1024.htm>. Acesso em out/2017.

Modificado por: Gabriela Vilas Boas (Arquiteta e Urbanista).



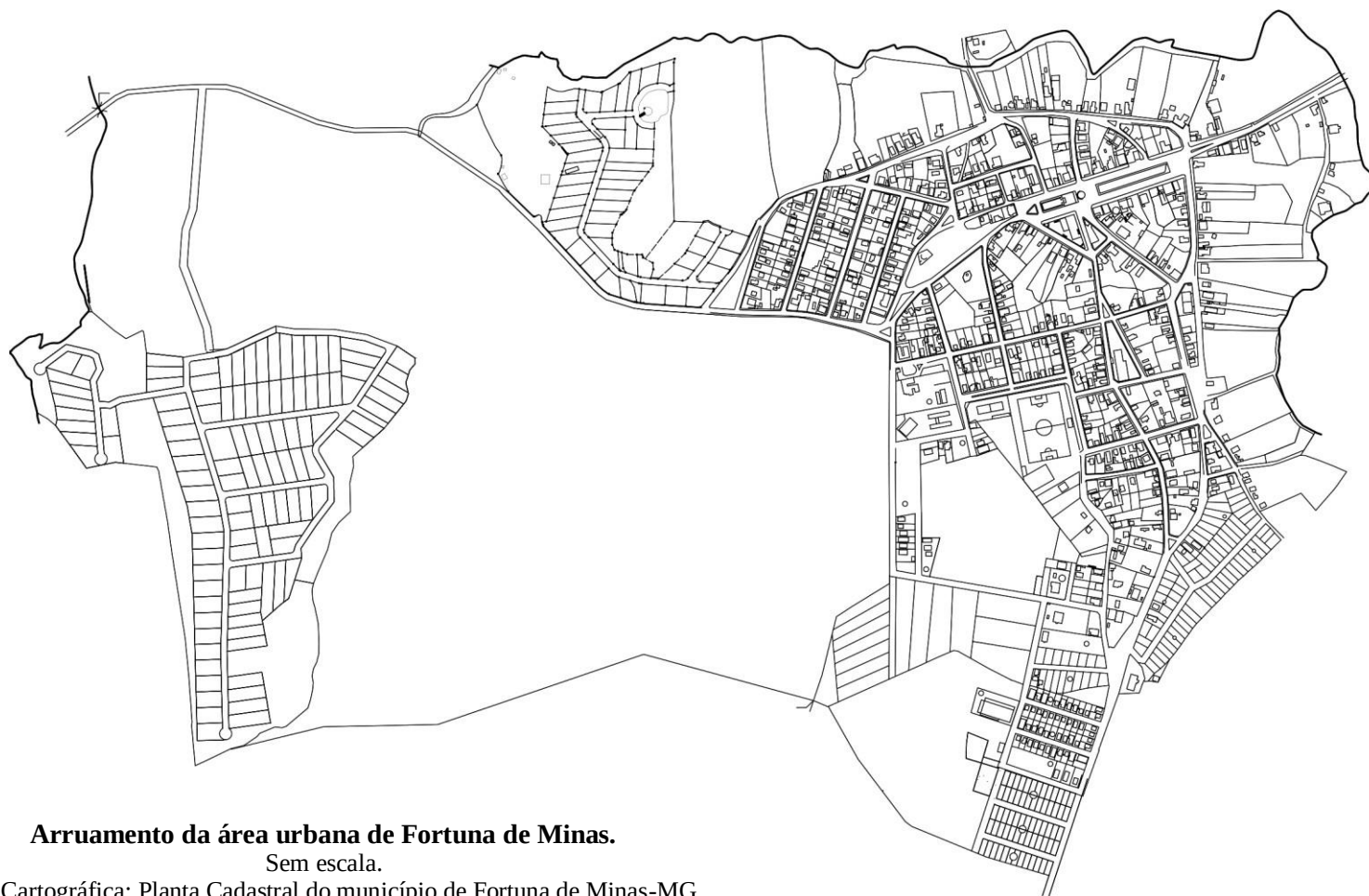
FORTUNA DE MINAS/MG

QUADRO II - A

PLANO DE INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO
DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Página 51 de 75

Chefe do setor:
Willder Jr. M. Mendes

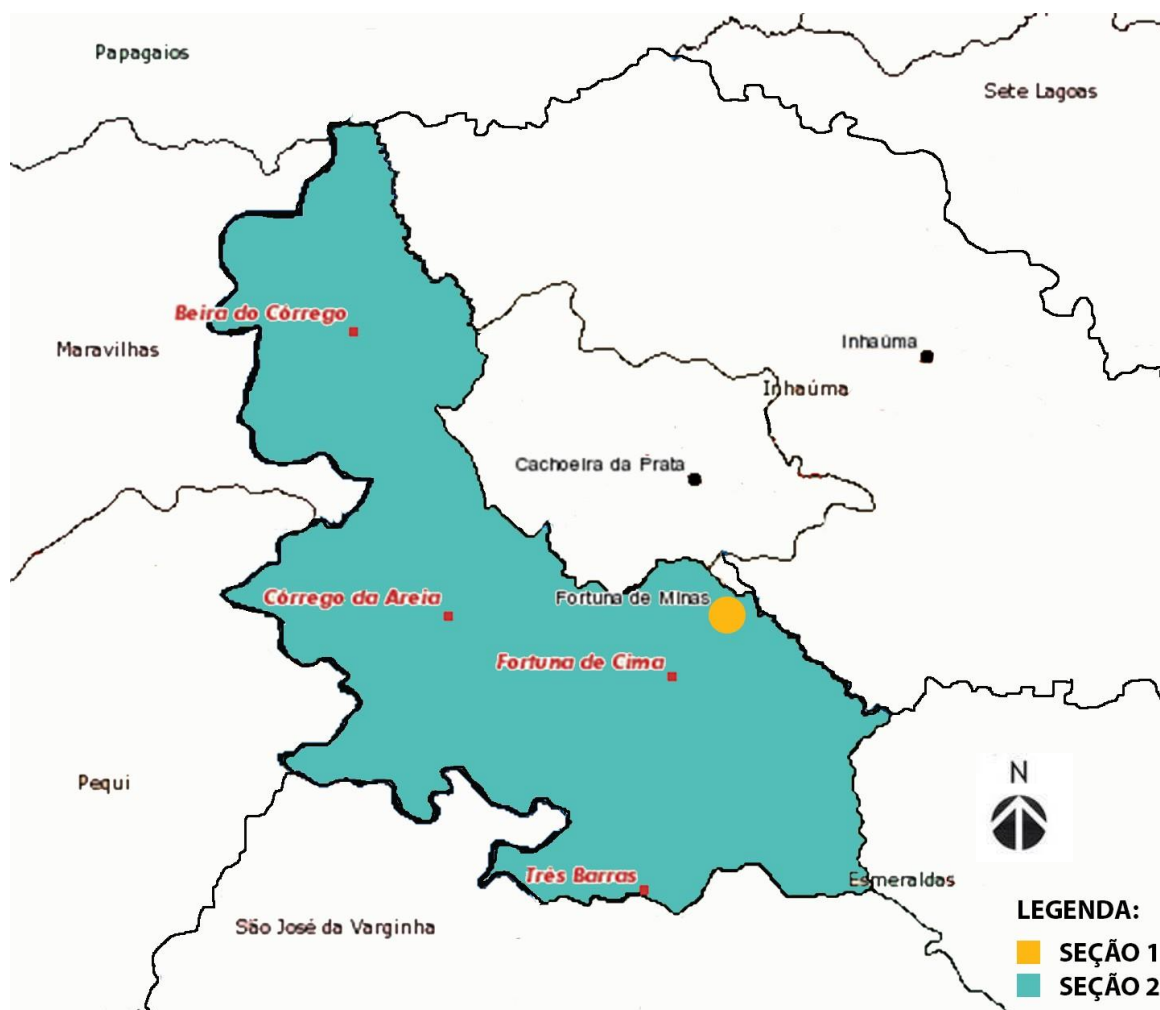


Arruamento da área urbana de Fortuna de Minas.

Sem escala.

Base Cartográfica: Planta Cadastral do município de Fortuna de Minas-MG.

Fonte: Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas, maio/2006.



Mapa de Fortuna de Minas com a divisão das Seções 1 e 2.

Sem escala.

Fonte: Base Instituto de Geociências Aplicadas – IGA, 2015. Disponível em:
<http://licht.io.inf.br/mg_mapas/mapa/cgi/iga_comeco1024.htm>. Acesso em out/2017.

Modificado por: Gabriela Vilas Boas (Arquiteta e Urbanista).

5. DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA:



Igreja Matriz de Santo Antônio.
Distrito Sede/Seção 1.

Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas, out/2017.



Biblioteca Municipal Tereza Nicomedes.
Distrito Sede/Seção 1.

Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas, out/2017.



Antiga Fábrica de Calçados.
Distrito Sede/Seção 1.

Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas, out/2017.



Bar do Sirlei. Distrito Sede/Seção 1.

Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas, out/2017.



Casa da Dona Magnólia. Distrito Sede/Seção 1.

Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas, out/2017.



Casa do Tio Miano e da Tia Mica. Distrito Sede/Seção 1.

Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas, out/2017.



**Casarão da Família Resende.
Distrito Sede/Seção 1.**
Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas, out/2017.



Casarão de Dona Ilka. Distrito Sede/Seção 1.
Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas, out/2017.



**Escola Estadual Coronel Américo Teixeira
Guimarães. Distrito Sede/Seção 1.**
Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas, out/2017.



**Escola Municipal Mário Diniz Pontes.
Distrito Sede/Seção 1.**
Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas, out/2017.



**Centro de Educação Infantil Municipal Branca de
Neve. Distrito Sede/Seção 1.**
Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas, out/2017.



**Creche Municipal Maria de Lourdes Gonçalves.
Distrito Sede/Seção 1.**
Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas, out/2017.



Córrego dos Tropeiros. Distrito Sede/Seção 1.
Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas, out/2017.



Cemitério e Velório Municipal. Distrito Sede/Seção 1.
Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas, out/2017.



Cruzeiro. Distrito Sede/Seção 1.
Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas, out/2017.



Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Distrito Sede/Seção 1.
Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas, out/2017.



Praça Dr. Bernardo Alves Costa. Distrito Sede/Seção 1.
Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas, out/2017.



Praça Juca Pereira. Distrito Sede/Seção 1.
Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas, out/2017.



Folia de Reis, 1999. Distrito Sede/Seção 1.
DINIZ, Magnólia de Fátima e Silva. Fortuna Conta Sua História. Sete Lagoas: Kromos, 2011.



Guarda de Congo Nossa Senhora do Rosário. Distrito Sede/Seção 1.
DINIZ, Magnólia de Fátima e Silva. Fortuna Conta Sua História. Sete Lagoas: Kromos, 2011.



Guarda de Congo de Santa Ifigênia e Guarda de Congo Nossa Senhora do Rosário. Distrito Sede/Seção 1.
DINIZ, Magnólia de Fátima e Silva. Fortuna Conta Sua História. Sete Lagoas: Kromos, 2011.



Guarda de Congo Catupé do Pandeiro. Distrito Sede/Seção 1.
DINIZ, Magnólia de Fátima e Silva. Fortuna Conta Sua História. Sete Lagoas: Kromos, 2011.



Grupo de Pastorinhas, 1999. Distrito Sede/Seção 1.
DINIZ, Magnólia de Fátima e Silva. Fortuna Conta Sua História. Sete Lagoas: Kromos, 2011.



Preparação para Festa de Santo Antônio e Nossa Senhora. Distrito Sede/Seção 1.
DINIZ, Magnólia de Fátima e Silva. Fortuna Conta Sua História. Sete Lagoas: Kromos, 2011.

Fábrica de Polpa de Frutas. Beira Córrego/Seção 2.

Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas, out/2017.

**Utilitários do período colonial. Fazenda dos Macacos, Córrego de Areia /Seção 2.**

Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas, out/2017.

Capela de São José. Córrego de Areia/Seção 2.

Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas, out/2017.

**Utilitários do período colonial. Fazenda dos Macacos, Córrego de Areia /Seção 2.**

Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas, out/2017.

**Fazenda dos Macacos, Córrego de Areia /Seção 2.**

Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas, out/2017.

**Capela de Nossa Senhora do Rosário e Cruzeiro. Fazenda Várzea dos Tocos, Córrego de Areia/Seção 2.**

Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas, out/2017.

**Oratório da Capela de Nossa Senhora de Fátima.
Fazenda Várzea dos Tocos, Córrego de
Areia/Seção2.**

Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas, out/2017.



**Capela de Nossa Senhora de Fátima e Cruzeiro.
Três Barras /Seção 2.**

Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas, out/2017.

**Oratório de pedra. Fazenda Várzea dos Tocos,
Córrego de Areia /Seção2.**

Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas, out/2017.



**Sino da Capela de Nossa Senhora de Fátima.
Três Barras/Seção 2.**

Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas, out/2017.



Casa de Juarez. Três Barras /Seção 2.
Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas, out/2017.

Fazenda Serraria. Zona Rural /Seção2.
Pólen Consultoria, Gabriela Vilas Boas, out/2017.



6. PLANO DE AÇÃO

6.1 JUSTIFICATIVA

Dentro da política de proteção do patrimônio cultural, o Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural (IPAC) é o primeiro instrumento de salvaguarda, pois atribui valor ao bem (re)conhecendo sua importância no contexto histórico e cultural do município dando subsídios para as ações de proteção. “Conhecer para Preservar” é o lema condutor dos trabalhos de Inventário. A partir do repertório de bens de interesse de preservação identificado há uma maior clareza para os agentes culturais e gestores públicos agirem na demarcação de diretrizes de acautelamento.

A disponibilização do conteúdo dos IPACs, portanto, é a primeira ação para efetivar o amplo conhecimento dos bens perante a sociedade de Fortuna de Minas e região. A divulgação do patrimônio local auxilia na sua apropriação pelos cidadãos e introduz os principais conceitos preservacionistas, importantes para formar indivíduos capazes de agir em favor da valorização dos bens de interesse de preservação e sua salvaguarda. As ações de divulgação do patrimônio inventariado serão promovidas ao final do período de trabalho no último trimestre de cada ano.

A atuação do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural é imprescindível para que a política de proteção do acervo seja legitimamente realizada. Este órgão colegiado, com representantes do poder público e da sociedade civil, é que define prioridades, aprova reformas, resolve questões ligadas aos bens inventariados e decide sobre a intensão de tombamento ou registro de um bem. O Conselho deve estar sempre engajado nas questões que se referem à salvaguarda do patrimônio cultural local, além de cobrar das autoridades locais ações efetivas, e promover a valorização e divulgação do mesmo. É também responsável por gerir os recursos do Fundo Municipal do Patrimônio Cultural, investindo e assegurando mais uma vez a preservação dos bens culturais do município.

Contudo, para que as ações atinjam o resultado esperado, a participação da comunidade deve ser sempre considerada como um importante agente transformador da realidade. Os moradores da cidade devem ser inseridos no processo como protagonistas, sensibilizando-se e capazes de discernir sobre o patrimônio cultural que detém. Somente integrando a comunidade às ações é possível estimulá-la para que busque valorizar suas referências culturais associando a preservação do patrimônio cultural a valores como a cidadania, participação social e melhoria da qualidade de vida.



Quanto às medidas de proteção e salvaguarda, têm-se os registros de patrimônio imaterial e o instituto do tombamento. Ambos são instituídos pela Lei Municipal nº 853 do ano de 2009, que destaca um determinado bem dos demais por suas características artísticas, históricas, estilísticas ou simbólicas, cercando-o de cuidados e delimitando limites para intervenção, além de combater a sua descaracterização e/ou destruição.

Em Fortuna de Minas, ainda não existem bens protegidos por tombamento ou registro. O Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, através de discussões e investigações, aponta como futuras ações o tombamento dos bens imóveis Biblioteca Municipal Tereza Nicomedes, a Escola Municipal Mário Diniz Pontes, o Centro de Educação Infantil Municipal Branca de Neve e a Antiga Fábrica de Calçados; e o registro das festas tradicionais do município: Festa de São Benedito, Festa de Nossa Senhora do Rosário, Festa de Santo Antônio e Nossa Senhora, Folia de Reis, Festa de São Sebastião (Beira Córrego), Festa da Primavera e da Polpa de Frutas (Beira Córrego), Festa de Nossa Senhora de Fátima (Três Barras), Festa do Urucum (Três Barras) e Festa de São José (Córrego de Areia). Destaca-se que a própria comunidade ou indivíduos isolados podem exercer o papel de deflagradores de um processo de tombamento ou registro.

Destaca-se ainda, como importante medida, a criação do Fundo Municipal do Patrimônio Cultural como outro relevante instrumento de auxílio à preservação do patrimônio cultural. Ele tem o objetivo de dar suporte e apoio financeiro para a implantação e manutenção dos projetos e programas relativos à salvaguarda do patrimônio cultural, além de financiar projetos e obras nos bens de valor cultural reconhecido. O Fundo foi disposto pela Lei nº 852 de 14 de abril de 2009 e regulamentado pelo Decreto Municipal nº 271, de 23 de dezembro de 2009. Para este fundo deverão ser repassados os subsídios angariados pelas Leis de Incentivo à Cultura e aqueles providos do ICMS Patrimônio Cultural, doações, contribuições e outras fontes lícitas.

Há também, como escopo da política cultural, a realização de vistorias em bens inventariados ou de interesse de preservação e para aqueles que receberem a tutela do tombamento, a realização periódica de laudos do estado de conservação. São eles que asseguram que os agentes culturais e autoridades locais tenham acesso às informações técnicas a respeito da integridade física do bem e estabeleçam, com profissionais especializados, as diretrizes para sua manutenção ou restauro se necessário.



Dessa forma, para assegurar a vitalidade e eficácia das medidas de proteção e salvaguarda dos bens culturais de Fortuna de Minas, bem como promover uma ação mais direcionada do Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural local, enumeram-se algumas diretrizes, para serem trabalhadas a curto e médio prazo, em um período de três anos, separadas de modo a contemplar os bens culturais em geral e, de forma específica, os bens culturais materiais e os bens culturais imateriais.

É importante salientar que, essas condutas são norteadoras para um planejamento mais aprofundado que deve ser realizado em conjunto com o poder público, Conselho e demais entidades culturais, além do envolvimento da comunidade local.